

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e dois de Dezembro de dois mil e sete.

Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro do ano dois mil e sete, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. Carlos Rocha, Primeiro Secretário, em substituição do Presidente da Mesa, Sr. Dr. Simões Saraiva, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 46º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção. Considerando a ausência do Presidente da Assembleia Municipal, foi designado o Sr. Dr. Manuel Fabrício Santos para o preenchimento da vaga em aberto na Mesa.

Aberta a sessão, foi feita a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontravam ausentes, para além do Sr. Dr. António Simões Saraiva, a Sra. Eng.ª Dulce Fidalgo Álvaro Pássaro e a Sra. Dra. Ana Paula Ferreira Nobre, que justificaram as suas faltas, tendo as mesmas sido consideradas justificadas pela Mesa, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea j) do nº 1 do artigo 46º-A da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal e os Srs. Vereadores Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Elsa Maria Lopes Correia, Maria de Fátima Gonçalves Antunes e José Francisco Tavares Rolo.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, fazia parte a seguinte Ordem do Dia:

I – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.

II – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta da Câmara Municipal para a inclusão do artigo 13º-A no Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública do Município de Oliveira do Hospital.

III – Alteração da designação do projecto “02 001 2004/19” do Plano Plurianual de Investimentos 2007/2010.

IV – Imposto Único de Circulação (IUC) – Alteração ao Orçamento Municipal para 2007.

V – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Actividades mais Relevantes para o quadriénio 2008/2011, e do Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2008.

Em seguida, o Sr. Carlos Teixeira da Rocha prestou a seguinte informação:

“Numa reunião que se realizou na Assembleia Distrital de Coimbra, em que esteve presente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, o Sr. Presidente da Câmara Municipal e eu, como representante da Assembleia Municipal, tive conhecimento de que a Assembleia Distrital era detentora do alvará da Instituição Miguel Torga, que é, efectivamente, uma grande Instituição em Coimbra ao nível do ensino. Fomos defrontados com uma proposta no sentido da Instituição passar a uma das formas jurídicas que a lei exige agora, nomeadamente a uma Fundação.

Levantaram-se algumas questões naquela reunião, nomeadamente a questão da nova representatividade da Assembleia Distrital nesse novo organismo, leia-se, Fundação.

Foi proposta uma reunião para discutir o assunto em definitivo, tendo ficado agendada para o próximo dia quatro de Janeiro.

Nessa reunião recebemos uma proposta dos estatutos, que vamos enviar aos líderes dos grupos partidários no sentido de terem conhecimento daquilo que se pretende. Assim, se houver alguma proposta ou sugestão dos diferentes partidos, solicito que a entreguem até dia quatro de Janeiro.”

Em seguida, depois do Sr. Carlos Rocha ter dado conhecimento da correspondência recebida e expedida, foi submetida à votação a acta da sessão ordinária de 21 de Setembro de 2007, tendo sido aprovada por maioria, com cinco abstenções.

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. João Esteves que fez a seguinte declaração:

“Na última Assembleia Municipal não estive presente. No entanto, não queria deixar passar uma referência que foi feita na acta e com a qual eu estou plenamente de acordo: o voto de pesar pelo falecimento do Sr. António Saraiva Lopes. Concorro plenamente e por isso estou aqui a demonstrá-lo publicamente.”

Seguidamente entrou-se no período Antes da Ordem do Dia, tendo sido feitas as inscrições para as respectivas intervenções.

Foi, então, dada a palavra ao Sr. Prof. Francisco Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Mais do que a obra material e muito para além dela, a principal função da actividade política, tem que caracterizar-se por uma grande acção pedagógica baseada no exemplo, que contagia a população e, particularmente, a juventude, interessando-a pela entrega à causa pública.

Significa isto que a política tem que constituir-se como um fenómeno atractivo, ficando a responsabilidade de ser ou não atingido este desiderato – no caso do nosso concelho – a cargo dos eleitos locais e, em primeira instância, como é óbvio, do Presidente da Câmara. Infelizmente, e digo-o com tristeza e com preocupação, os pressupostos que devem fazer da política e da cultura uma simbiose perfeita, deram lugar em Oliveira do Hospital, a um conjunto de atitudes no seio do partido do poder, que não só não atraem ninguém, como podem desinteressar muitos.

Em tempo oportuno, e no respeito pela discussão saudável e clarificadora, propusemos que as gravíssimas acusações feitas ao Presidente da Câmara pelos seus companheiros de Partido, fossem tratados no único lugar próprio para o efeito: na Assembleia Municipal.

Obtivemos como resposta que o lugar próprio seria o Tribunal.

A política tem os seus palcos específicos, onde a defesa dos diferentes pontos de vista e a forma como é feita, a pobreza ou a riqueza dialéctica utilizadas na argumentação e o respeito pela ética, deverão, na minha óptica, ser tratados e julgados de forma clara e pública no ambiente que lhes deu origem, que é o ambiente político, onde a dignidade da função, ferida na sua essência, não se compadece com a ausência dos valores do civismo e da tolerância e facilmente demonstrará quem não tem condições mínimas para o exercício do poder.

Quando o Presidente da Câmara citado no Correio da Beira Serra de 25 de Setembro de 2007 – e não foi desmentido – afirma, referindo-se ao seu antecessor, que “só por ter sido Presidente da Câmara Municipal, já era motivo suficiente para lhe ser atribuída a medalha de ouro”, está implicitamente a dizer que quando ele próprio deixar de ser Presidente da Câmara, só isso, será motivo para ter uma medalha!...

Mal vai a política quando um Presidente que foi candidato sem programa, deixa antever a prazo esta programação medalhística, como se aí estivesse o remédio para os ataques de que é alvo, dentro do seu próprio partido.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. António dos Santos Lopes, que começou por fazer a seguinte intervenção:

“Eu vou tentar não ultrapassar o tempo que me é concedido, como de costume. De qualquer forma, como hoje não pretendo usar mais da palavra, se eventualmente não conseguir o objectivo, pedia alguma condescendência da Mesa.

Completam-se dois anos desde que, desta tribuna, dissemos qual seria a nossa postura nesta Assembleia. Jurámos lealdade nas nossas funções, colocámos o Município à frente da bandeira partidária. Enumerámos um conjunto de obras que deviam merecer solução urgente e sugerimos que se aproveitasse o dinheiro barato. Pedimos para que se governasse bem, prometemos opor-nos bem. Estávamos animados em dar o nosso contributo para o desenvolvimento do nosso concelho. Lá fora fizemos o possível, apoiando instituições e associações nos seus objectivos sociais. Aqui, com franqueza e frontalidade, tentámos cumprir o que prometemos aos mais de oitocentos munícipes que em nós confiaram.

Ao longo dos tempos, aqui dentro e lá fora, denunciámos a calamidade dos esgotos que afecta praticamente todas as freguesias, denunciámos as vias de comunicação que continuam em mísero estado, colocámos aqui um pedido de auditoria à Câmara na sequência das suspeições levantadas pelos próprios responsáveis do partido do poder. A tudo isto, há muito não obtemos resposta.

Tivemos que ir ao Tribunal para reposição da legalidade e defesa dos nossos direitos.

A Câmara e o Sr. Presidente remeteram-se a um silêncio comprometido, que o respeito por esta Assembleia impedem-me de utilizar o adjectivo correcto.

Sobre a transparência aquando da auditoria, foi aqui respondido que era assunto para Tribunal. Sabemos hoje como é que acabou. Portanto perguntamos de novo se esta Assembleia e este Município saberão, algum dia, o que colocava mal o Presidente na fotografia.

Ontem como hoje, continuamos a dizer que o problema é político. E como político deve ser tratado.

Tem razão o Sr. Prof. António Duarte quando diz “para desespero e aborrecimentos de alguns”. Se se referia a nós, pode estar certo que desesperado não faz o nosso género e aborrecidos ficámos muito. Não por nós, mas pela honorabilidade da classe política, pelo respeito aos que em nós confiaram, pelas mais elementares regras do regime democrático, pelo prestígio do poder

autárquico. Chegámos ao ponto em que não se cumprem as mais elementares regras do funcionalismo desta casa.

Aprovámos, aqui, por unanimidade e com grande elogio do Sr. Presidente da Assembleia, uma homenagem a Fernando Lopes Graça. Aprovámos, aqui, o Observatório do Ambiente. Perguntámos por três vezes, esclarecimentos sobre a ACIBEIRA. Perguntámos sobre a EPTOLIVA. Perguntámos sobre saneamento básico, abastecimento de água, atribuição de verbas às associações. As respostas são as que conhecessem.

Estranhamente, ou talvez não, a Câmara vem agora descobrir que o preço a pagar pela água é incomportável para a maioria da população. A competência não soube fazer contas na altura própria, quando decidiu entrar para as Águas do Zêzere e Côa?

Somos suficientemente ortodoxos e demasiadamente velhos para nos adaptarmos a esta forma pouco digna de fazer política.

Representamos nesta Assembleia um partido onde se discute até à exaustão na procura de posições colectivas.

Pelo muito respeito que me merecem aqueles que lutaram, morreram e consolidaram esta prática política com a qual nos identificamos, não queremos ser nós a quebrar estes princípios, infelizmente já umas vezes aqui ocorridos.

Aprovámos na última Assembleia um empréstimo de cinco milhões de euros e, conseqüentemente, aprovámos um conjunto de obras que serão o núcleo central da actividade da Câmara até ao fim do mandato. Espero, sinceramente que todas sejam implementadas.

Neste contexto, não tenho motivação para continuar aqui, pelo que iremos apresentar o nosso pedido de suspensão de mandato, com perspectivas de renúncia.

Fazemo-lo porque temos no partido do poder uma posição que nos ultrapassa pela esquerda, criticando a sua própria governação. Uma coisa de *sui generis*: o partido governa e opõe-se.

Fazemo-lo porque o desrespeito pelas mais elementares regras democráticas é prática corrente da Câmara Municipal, alastrando, ultimamente, para esta Assembleia.

Fazemo-lo porque a bancada do partido do poder não é, nesta Assembleia, coerente com o discurso da sua direcção lá fora.

Fazemo-lo porquanto, sendo o PSD – Partido Social-Democrata – partido vencedor em várias eleições e tendo a actual Câmara Municipal sido eleita à sombra da bandeira do PSD, não respeita o partido e, conseqüentemente, as

propostas por este feitas ao eleitorado, numa atitude de usurpação de poder que várias vezes já denunciámos.

Já aqui foi dito que a politica é uma arte nobre. Não queremos, com a nossa presença, legitimar um conjunto de irregularidades que progressivamente se vão instalando neste concelho.

Vou com problemas de consciência por não ter cumprido o artigo n.º 53, alínea i), ao abrigo do qual devia ter apresentado uma moção de censura, que está redigida desde o dia do pedido de auditoria.

Somos dos que pensam que a razão, mesmo vencida, não deixa de ser razão, pelo que e perante o facto de que, à força da razão se sobrepõe a razão da força, e para não tornar em vitória o que derrota tem que ser, a moção ficou a aguardar melhores dias. E porque somos dos que pensam que só é vencido quem desiste de lutar, esperamos voltar aqui para cumprir o que, por ora, prometemos se o problema como esperamos não se resolver agora na Primavera.

Esperamos que não se veja na nossa atitude um acto de demissionismo. No nosso partido não nos orientamos pela lei do vale-tudo. Não podemos lutar democraticamente com quem só conhece as regras dos interesses pessoais. (Veja-se o exemplo do nosso recente deputado que, não concordando com o partido, está lá sozinho). Os partidos não são trampolins. Aprecio as posições do PSD – Partido Social-Democrata – nos jornais locais, como aprecio pouco a prática dos eleitos desta Câmara e o seu apego doentio ao poder. Por isso, suspendemos a nossa actividade.

Não nos faltam nem condições nem meios para afrontar estas políticas. Despidos das responsabilidades formais que aqui devemos respeitar, só poderemos utilizar as mesmas armas: o vale-tudo.

Podem, o PSD e a Câmara Municipal, estar certos que terão oposição tenaz e, conseqüentemente, se for necessário e a prática política não se alterar, com ou sem maioria – cada um responde por si – cá voltaremos para pagar o que por ora ficamos a dever.

Aos Senhores membros desta Assembleia, aos senhores Presidentes de Junta, ao Executivo Municipal – com as convenientes ressalvas – as nossas desculpas pelo tempo que roubámos.

O nosso desejo das maiores felicidades pessoais e para as vossas freguesias.

No que pudermos ser úteis, independentemente da bandeira, como sempre disse, cá estaremos.

Em coerência não podemos deixar de fazer um reparo: com tanto problema nas vossas freguesias, poucos foram aqueles a quem, nesta Assembleia, ouvi a voz, o que lamento.

Nesta casa o debate é político pelo que, do ponto de vista pessoal, o mal que a qualquer dos presentes desejo que a mim me venha em dom.

Os meus agradecimentos aos Srs. Presidentes de Junta e Deputados Municipais que me manifestaram a sua solidariedade.

Queria só deixar, complementarmente, que, quanto àquela acusação de comprador de votos de que também já fui vítima, continuarei a tentar comprar os da ARCED porque não quero que aquelas crianças sejam traumatizadas com a insensibilidade do poder.

Portanto, é a única instituição que eu continuo a apoiar – e este ano até reforcei – e fá-lo-ei até que o bom senso se instale aqui na Câmara.

Também queria informar que apresentei uma queixa no Ministério Público, uma vez que não tive as respostas que por três vezes tentei, aqui, dentro do debate político, no meu tempo, que me fossem dados e é de facto muito estranho não receber respostas. E estranhei aquelas que me foram dadas.”

Em seguida, o Sr. Carlos Teixeira da Rocha, procedeu à leitura do pedido de suspensão de mandato apresentado pelo Sr. António dos Santos Lopes, membro da Assembleia Municipal:

“Nos termos do artigo n.º 77, alínea c), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, sou a apresentar o Pedido de Suspensão de Mandato pelo período de um ano.

Este pedido deve-se à necessidade de ausências prolongadas no estrangeiro.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa., à Mesa e a toda a Assembleia Municipal os votos de maiores sucessos pessoais e políticos, pelos superiores interesses do concelho.”

Depois, o Sr. Engº Carlos Maia tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de fazer referência a três ou quatro pontos que tenho para questionar o Sr. Presidente da Câmara, quero dizer que fui confrontado há minutos com a demissão do Sr. António dos Santos Lopes. Devo dizer que foi uma surpresa para mim; não estava nada à espera.

Acho que o Sr. tem sido uma voz, aqui dentro desta Assembleia, contrariamente a tantas outras que aqui há dentro que nem sequer se fazem ouvir.

Penso que era importante a sua voz estar cá. Era importante continuar cá. Porque eu vou continuar cá, Sr. António Lopes, quer goste ou não das atitudes do Sr. Presidente da Câmara, quer esteja em desacordo ou não. Temos estado muitas vezes em desacordo, até com a sua própria teimosia. Porque – penso que não é novidade para nós todos – que o Sr. Presidente é teimoso, para não adjectivar de outra forma.

Sr. António Lopes: uma coisa é certa, muito sinceramente não esperava isto da sua parte. Conheço-o há pouco tempo. Já tinha ouvido falar em si. Mas, por aquilo que conheci, tenho apreciado o seu desempenho. Devo dizer-lhe que faz mal. Faz mal em virar costas, até porque o Sr. está dentro de um partido que, por aquilo que nós sabemos e nos apercebemos ao longo dos anos, não tem muito o timbre ou a prática diária de virar costas. O partido não tem muito o hábito disso nem os seus militantes, a sua militância, a sua prática política. E só por isto, eu estranho que o Sr. tenha tomado esta atitude. Digo-lhe, muito sinceramente e honestamente, que tenho pena que o Sr. vire costas a esta Assembleia.

Espero que não vire costas ao concelho, pelo facto de entender não continuar dentro desta Assembleia o que, obviamente, é um direito seu. Eu penso que o Sr. é uma pessoa generosa e tem possibilidades para o ser, também. Espero que não vire costas também ao concelho.

E digo-lhe isto, olhos nos olhos, muito honestamente e muito sinceramente: eu tenho alguma admiração pelo Sr., pelas atitudes e pela frontalidade que tem tido.

Eu, em muitos aspectos, comungo o que o Sr. defendeu aqui, dentro desta casa. Por isso, quero dizer que conta com a minha solidariedade e com a minha amizade, como qualquer um poderá contar, desde que esteja na política com elevação, com seriedade e com honestidade.

Não me estou a referir somente a si. Estou a referir-me especialmente a si neste momento mas refiro-me a toda a gente sem excepção. Lamento que o Sr., efectivamente, se vá ausentar desta Assembleia Municipal.

Entrando nos pontos que tinha aqui para expor no período Antes da Ordem do Dia, gostaria que o Sr. Presidente da Câmara desse uma explicação, a mim e a esta Assembleia, do porquê de termos uma ETAR que está concluída pelo menos há um ano, ou já há mais, não sei precisar o tempo.... O tempo já é demasiado, quando nós sabemos que temos esgotos a correr a céu aberto neste concelho. Nós sabemos que o Alva é o rio que todos nós queremos preservar há muito tempo. E, porque é que existe este estado de coisas no concelho, com uma

ETAR onde se gastou dinheiro público, e que não está a servir rigorosamente para nada há este tempo todo?

O Sr. António Lopes referiu um aspecto que eu já aqui trazia para mais uma vez falar, porque me choca. Eu não aceito e a minha voz não se vai calar até que alguém de bom senso, com responsabilidade à frente deste Município... Estou a referir exactamente e somente à personalidade do Sr. Presidente da Câmara. Porque é que se distribuem quatrocentos e trinta e quatro mil euros de subsídios de apoios, correctos e com os quais estou de acordo pois as instituições têm de ser apoiadas (culturais, desportivas) porque têm mérito... Estamos a falar de oitenta e sete mil contos! E porque é que para uma pequena instituição, mas que desenvolve um trabalho tão grande e tão meritório junto de crianças – estou a falar justamente da ARCED – não há pelo menos mil euros para dar?

Eu acho que já chega, Sr. Presidente da Câmara. Chega desta sua teimosia. Porque isto é, efectivamente, uma teimosia doentia, desculpe que lhe diga. Não se aceita! Concerteza que os pais destas crianças irão julgá-lo, Sr. Presidente da Câmara. Isto não se aceita! Perante crianças que devem ser obrigatoriamente apoiadas através desta instituição, que tem sido meritória pelo trabalho que tem feito... E o Sr. tem-se sucessivamente negado a dar qualquer subsídio, ainda que pouco, a esta instituição. Isto é vergonhoso!

Aqui há poucos meses eu trouxe um assunto que, até hoje, o Sr. Presidente da Câmara fez orelhas moucas, como faz a tanta coisa. É a reposição, por parte da empresa que andou a meter as canalizações das águas no Ervedal da Beira. Refiro-me exactamente ao Largo Coronel Osório Cruz, ao Largo do Lameiro, em Ervedal da Beira, em que, pura e simplesmente, a reposição nem foi feita. Há vários meses que chamei à atenção e até hoje o Sr. Presidente, pelos visto, não fez nada.

Por último, queria salientar, enobrecer uma pessoa, um nome que, atendendo às circunstâncias que as coisas têm vindo a trazer nos últimos tempos e o tempo foi muito pouco, tem que ser dito. Refiro-me exactamente ao Dr. Paulo Campos.

Se algum mérito houvesse, e vai haver seguramente, do Dr. Paulo Campos, pelo menos um nós temos que enaltecer. E eu penso que todos nós, se pesarmos bem a consciência, que é ele ter conseguido uma coisa que há muito tempo se não passa por estas zonas daqui da Beira Serra, que é exactamente o conseguir pôr em consenso vários autarcas acerca de interesses comuns, porque

são efectivamente interesses comuns. Estamos a falar exactamente de acessibilidades importantes não só para o concelho de Oliveira do Hospital, como também para outros concelhos limítrofes. E, só por isto, porque a obra concerteza irá vai ser uma realidade, porque o empenhamento político é grande... Até hoje vimos vários governos que vieram antes deste e nunca vi, nem assisti, nenhum político com vontade política aberta, com vontade de falar e de analisar as coisas, a dizer que ia fazer.

Não vi até hoje ninguém a nível de nenhum Governo, a nível de nenhum responsável político fazer aquilo que o Dr. Paulo Campos conseguiu fazer no concelho de Oliveira do Hospital e assim como nos concelhos limítrofes de Nelas, Tábua, Seia e Arganil.

É extraordinário ter conseguido pôr autarcas, que são muito cientes das suas “capelinhas” e dos assuntos das suas “capelinhas”, mas que entre eles falam muito pouco ou quase nada... E ele conseguiu ter esse mérito.

Existe a excepção do Presidente da Câmara de Gouveia. Mas, se os outros estão em consenso e estão de acordo, em democracia é assim, ganha a maioria. O Sr. Presidente da Câmara de Gouveia que tenha paciência, mas a maioria são os outros. Eu não queria deixar passar em claro esta situação. De forma que é de enaltecer a actuação do Dr. Paulo Campos, como também é de enaltecer ele ter-se disposto a ouvir outros parceiros sem ser as autarquias. Estamos a falar em empresários. Ele veio falar com os empresários e veio de encontro a eles. Isto é um exemplo Sr. Presidente da Câmara, ponha os olhos naquilo, como se trabalha. Isto é um exemplo para o Sr. Presidente da Câmara: vá de encontro aos empresários, vá falar com eles e traga-os para cá. Mas, acerca disso, daqui a pouco irei falar mais.”

Tomou, depois, a palavra o Sr. Alberto Cadima:

“Quando, em Janeiro de 2007, a Junta de Freguesia da Lajeosa foi contactada pela TMN para a colocação de uma antena TMN de baixa potência com quatro metros de altura a Câmara propôs para indeferimento, que eu vou ler, a seguinte questão:

*”Trata-se da instalação de uma antena de uma estação de radiocomunicações cuja estrutura é complementada com um mastro metálico constituído, este último elemento, por um formato tubular com quatro metros de altura total.*

*O local onde se pretende instalar esta antena é na Junta de Freguesia, onde, salvo melhor opinião, em termos urbanísticos não será o local ideal para a colocação da mesma, tendo em atenção o aspecto negativo que provoca uma*

*antena destas em pleno aglomerado urbano, afectando negativamente a estética e a sua adequada inserção no ambiente urbano, nomeadamente pela sua altura em relação aos edifícios envolventes.*

*Pelo que, pelo despacho de seis de Agosto de dois mil e sete é proposto o indeferimento”.*

Isto assinado pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara no uso das suas competências, Sr. Paulo Jorge Gonçalves Rocha.

Mais tarde, em reunião ordinária, o Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre esta questão e foi-lhe respondido o seguinte:

“O Sr. Presidente esclareceu não ter de momento presentes quais as razões que deram origem ao indeferimento do pedido, salientando no entanto que “enquanto eu for Presidente da Câmara a Lei é para ser cumprida, e ninguém faz pressão sobre a minha pessoa. Mais informou que “houve efectivamente um indeferimento. Julgo que esse indeferimento se vai manter e portanto é isso que tenho a dizer”.

Por fim referiu que se houve indeferimento é porque houve razões para tal, manifestando algumas dúvidas quanto à localização pretendida para colocação da referida antena, uma vez que se trata de um local dentro do perímetro urbano, em cima de um edifício, e de fácil acesso às crianças e restantes habitantes, questionando se não poderá haver risco para a saúde pública, tendo em conta as radiações emitidas pelo referido equipamento.”

Portanto, o que me traz aqui é o porquê da negação da antena TMN à freguesia da Lajeosa, que era um bem adquirido em relação a receitas envolventes para esta freguesia e quando me dou conta que a referida Câmara Municipal aprovou a colocação de uma antena num aglomerado urbano, afectando o ambiente urbano, nomeadamente pela sua altura em relação aos edifícios envolventes. Refiro-me à antena que está a ser colocada junto à Escola de Condução Oliveirense.

Eu pergunto: quais foram os critérios que o Sr. Presidente da Câmara teve em relação à colocação desta antena e pergunto o porquê do indeferimento à antena da TMN na freguesia da Lajeosa. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Sr. Dr. Francisco Garcia fez a seguinte intervenção:

“Em Dezembro de dois mil e cinco, os Vereadores do PS propuseram a criação de um projecto “Concurso de Ideias de Negócios” para fazer face às dificuldades do tecido empresarial do concelho e estimular o aparecimento de novos negócios e, conseqüentemente, postos de trabalho.

Em Junho de dois mil e sete a Câmara aprovou, finalmente, o projecto “Empreender +”, um ano e meio depois da dita proposta do Partido Socialista.

Em sete de Outubro, como todos nos lembramos e todos assistimos, foram premiados dois projectos de negócio.

A estes projectos da Câmara tenho de dar os parabéns pela sua criação, não tivessem sido propostas sempre defendidas pelo Partido Socialista. No entanto, não será de todo descabido perguntar, se foram estes dois projectos premiados, quando é que passam à realidade de empreendimento.

Se a tão falada e anunciada incubadora de empresas, pelo Sr. Presidente da Câmara, fosse já uma realidade, estes projectos já seriam concerteza também eles uma realidade.

Será que ainda não avançaram com a incubadora de empresas por ser um dos muitos projectos defendidos pelo Partido Socialista? Ou será antes algo de que o Sr. Presidente não se canse de acusar os outros, o tal *show-off*, a política do anúncio, da pré-inauguração, da política do espectáculo? Relembro a todos por exemplo, que as zonas industriais existentes no concelho foram criadas pelo Partido Socialista no tempo em que a Câmara tinha como presidente, o saudoso César Oliveira. Ou seja, mais uma vez o Partido Socialista fez mais em quatro anos pelo concelho do que o PSD nos restantes anos. Aliás, o Sr. Presidente da Câmara conseguiu que se instalassem zero empresas nestes anos todos na zona industrial da Cordinha. Mas, mais grave, é que conseguiu deixar que empresas sedeadas na Zona Industrial de Oliveira se fossem embora.

Sr. Presidente da Câmara: o Sr. pratica a política do “orgulhosamente sós”. O Sr. diz, como é sabido, que não tem de andar à procura de empresários. No entanto, nos concelhos vizinhos, por exemplo, as autarquias compram terrenos para oferecer aos empresários que queiram montar as suas empresas nesses mesmos concelhos.

E é desta forma, por culpa exclusivamente sua, fruto da sua incapacidade de visão, que Oliveira está na cauda do desenvolvimento do Distrito.

Sr. Presidente: até a Pampilhosa da Serra, curiosamente também governada pelo PSD – mas não é este PSD de Oliveira – está a conseguir levar grandes projectos empresariais e, conseqüentemente, a criar emprego.

Sr. Presidente, não lhe quero ensinar nada, mas o fito de qualquer empresário é fazer dinheiro e, por isso, eles irão para onde poderão ganhar mais e gastar menos. Em Oliveira, culpa sua, estes empresários não recebem qualquer estímulo ou incentivo para cá se fixar. Burocracia e empecilhos encontram, com toda a certeza.

Mas, Sr. Presidente tem que assumir aqui, com toda a clareza e sem subterfúgios, quando é que estes projectos passam a realidade. Quando, onde e em que condições será criada a tão anunciada incubadora de empresas. Uma última observação, Sr. Presidente: olhe que as coisas tão frequentemente anunciadas gastam-se.”

Depois, o Sr. Prof. João Dinis tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“O meu camarada António dos Santos Lopes faz falta enquanto eleito directo da CDU nesta Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital.

Permito-me até dizer que, se outras bancadas, muito mais numerosas tivessem a genica, a firmeza e a capacidade de intervenção dos eleitos da CDU e, em particular, a de António Lopes; se houvesse outra firmeza, outra capacidade de intervenção nesta Assembleia e no Executivo da Câmara Municipal, outra e melhor situação teríamos no concelho, pelo menos em alguns âmbitos.

Se o Sr. Presidente da Câmara Municipal ouvisse e tivesse em melhor conta as propostas e as sugestões que muitas vezes aqui são feitas, outra e melhor situação em vários aspectos da vida no nosso concelho.

Nós, na CDU, cá vamos continuar, com firmeza, com causas e convicções.

Por aquilo que eu ouvi o António Lopes ler, pode-se intuir e pagando direitos de autor, que ele não vai embora, ele vai andar por aí.

Um abraço fraterno, António Lopes.

Passando agora às questões concretas da vida: tem havido problemas regulares e frequentes com o abastecimento de água em Vila Franca da Beira desde que começou a intervenção, já no âmbito da empresa das “Águas do Zêzere e Côa”.

Isto, somado ao que agora já ali temos em mais um ofício a propósito da saída da Câmara da Covilhã do sistema, e a propósito das notícias que têm vindo a público, de facto isto começa muito mal. Mas, está-me também a lembrar que em termos de Água do Zêzere e Côa, eu fui o único que votei contra nesta Assembleia Municipal. Portanto, não digam que não foram avisados.

IC's e acessibilidades: sobre estas matérias anda por aí muita propaganda à solta. Anda aí também bastante confusão. E uma e outra vão aumentar à medida que nos aproximarmos das eleições em 2009. Porém, a realidade é esta, não é a miragem mas sim a realidade, é que não há IC dentro do nosso concelho. E poderia aqui recordar as declarações do Sr. Secretário de Estado-Adjunto das

Obras Públicas e das Comunicações em Março de 2006. Quem quiser, pode ir ver. E lembrar, também, as declarações do eleito do PS nesta Assembleia, faz agora precisamente um ano, E, quem quiser, também pode ir ver a acta. Parece, entretanto, que está em curso um barulhento processo de auscultação por parte do Governo. Barulhento a ver pelas páginas e páginas da comunicação social sobre estes temas.

Já há as Estradas de Portugal que hipoteca três gerações de portugueses. Setenta e cinco anos de concessão. E que vai ser abastecida com os euros da taxa de contribuição rodoviária, que vai começar a sair a partir de Janeiro.

Portanto, então o Governo e seja lá quem for, que se deixe de “encanar a perna à rã” e passe da propaganda aos actos.

Do ponto de vista da CDU, o IC6 e o IC7 devem fundir-se e passar a norte da cidade, mais ou menos no limite do nosso concelho com Seia, devem intersectar-se com o IC 37. Mas sem complicações tecnocráticas, sem mais demoras, sem variantes e mais variantes, sem rotundas e contra-rotundas, sem nós e contra-nós, como por aí alguns já preconizam. O melhor traçado para qualquer via de comunicação é aquele traçado que melhor sirva as populações e hoje em dia sem prejudicar o ambiente.

A melhor de entre as melhores vias de comunicação que por cá poderia passar seria o ramal do caminho-de-ferro.

Os senhores riem-se mas, já ouviram falar das alterações climáticas em resultado directo... É que convém que hoje, no século XXI, as pessoas comecem a ter a capacidade de se informarem sobre situações dramáticas que o nosso planeta vive. Isto, se não fosse trágico, de facto até daria vontade de rir. Estamos a acelerar, através da intervenção humana, alterações drásticas e dramáticas a nível das alterações climáticas com a emissão dos carbonos, dos escapes dos automóveis e dos camiões que circulam desnecessariamente pelas vias.

Quando, há pelo menos cento e vinte anos, os beirões daqui entendiam que uma das suas aspirações era o caminho-de-ferro, temos hoje nós mais razão do que eles tinham nessa altura. Porque a melhor via de comunicação hoje, é aquela que sirva as populações, que permita o transporte de mercadorias e que proteja o ambiente. Não é certamente o TGV! Ou Portugal só tem TGV? Só tem TGV por causa da quantidade de dinheiro que muita e muita gente vai ilegitimamente ganhar, como toda a gente aqui bem sabe. As coisas têm que ser ditas e portanto esta questão do ramal do caminho-de-ferro é uma questão, porventura, das mais estratégicas para o nosso concelho e para a nossa região. Agora riam-se!

É que, de facto, ter visão estratégica é ver à frente da ponta do nariz ou do umbigo. Agora escolham o lugar em que se situam.

Perdoem esta situação, mas é para que se clarifiquem as posições e cada um, depois, que assuma a sua responsabilidade.

A perspectiva de encerramento dos serviços públicos do SAP, público, do Centro de Saúde, público, de Oliveira do Hospital. Eu repito público justamente para enfatizar uma realidade diferente. É que uma coisa é termos serviços públicos de saúde e outra coisa é termos serviços privados de apoio à família. Que não haja confusão, essa qualidade é diferente.

Eu por acaso li ontem à noite a introdução às Grandes Opções do Plano e de facto o Senhor Presidente da Câmara afirma lá que até agora não terá tido mais nenhuma informação oficial do Ministério da Saúde sobre isto.

Portanto, eu até ia perguntar exactamente qual era o ponto de situação, qual é a suposta alternativa e quem é que a vai pagar.

Mas, quanto às novas instalações da ESTGOH, uma questão concreta: várias notícias adiantam que o Sr. Presidente da Câmara tem tido alguns contactos com certas entidades com o objectivo de instalar a ESTGOH na ACIBEIRA. O Sr. Presidente da Câmara confirma esses contactos? E, se sim, qual a situação actual e as perspectivas? O Sr. Presidente da Câmara acredita mesmo que é boa solução instalar a ESTGOH na ACIBEIRA? Porquê? E a que prazo?

Eu até vou deixar esta pergunta. A outra pergunta do SAP retiro-a depois de ter lido o que li nas GOP's. Mas esta deixo-a por escrito à Mesa da Assembleia, que é para o Senhor Presidente da Câmara fazer o favor de responder.

Proponho entretanto uma moção:

“Esta Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital já tem tomado posição junto de Órgãos de Soberania, nomeadamente do Governo Central, sobre a necessidade deste realizar algumas obras importantes como, por exemplo, os IC e as novas instalações para a ESTGOH.

Aliás, ainda na sessão de Setembro passado, aqui se aprovou uma “recomendação”, a enviar também ao Governo, precisamente sobre a construção da nova ESTGOH. E outras iniciativas do género já antes aqui tinham sido debatidas e até aprovadas.

Ora, na proposta apresentada pelo Governo para o Orçamento de Estado para 2008, no capítulo do PIDDAC para o nosso concelho apenas surgiu uma

dotação residual de 31.417 euros de investimento central, o que não dá para nada tendo em conta as necessidades.

Informar, e cada um que trabalhe a informação como quiser, que há uma empresa de capital espanhol que recebeu de investimento central do Governo Português, no nosso distrito, mais de um terço do total do investimento central que o Governo destina a todo o distrito de Coimbra. De facto, este Governo tem governado bem para os espanhóis.

Para, de alguma forma, tentar colmatar a injustiça, o Grupo Parlamentar do PCP voltou a propor o reforço das dotações em PIDDAC para o nosso concelho durante a discussão e votação, na especialidade, do Orçamento de Estado para 2008, na Assembleia da República.

As propostas apresentadas pelo PCP atingiam um valor total 1 milhão, 650 mil Euros, sendo que, e uma vez mais, se propôs inscrever orçamento para as novas instalações da ESTGOH, de entre outras obras como, por exemplo, equipamentos para o Lar de Idosos de Avô e para o Lar de Idosos da Cordinha, este situado em Ervedal da Beira.

Pois, lamentavelmente, os Deputados de PS, mais os Deputados do PSD e mais os Deputados do CDS/PP votaram contra - e chumbaram - essas propostas apresentadas pelo PCP.

Saliente-se entretanto que, com mais esta votação “contra”, afinal os deputados dos outros partidos não penalizaram o PCP que apresentou propostas justas, em sede própria, aí exercendo os seus direitos democráticos e assumindo as suas obrigações políticas e sociais.

Os Deputados e respectivos partidos que votaram “contra” tais propostas para o PIDDAC Oliveira do Hospital, de facto, voltaram a penalizar o nosso concelho e a sua população.

Diga-se o que se disser, mas ter verbas em dotação orçamental é sempre muito mais e muito melhor do que as não ter.

Perante os factos, propõe-se à votação um protesto desta Assembleia Municipal perante o comportamento dos Deputados e respectivos partidos que, com o seu voto “contra” na Assembleia da República, desta vez impediram a possibilidade de um reforço em Orçamento de Estado até mais 1 milhão e 650 mil euros para o nosso concelho.

Se aprovado este “protesto”, do mesmo deverá ser dado conhecimento ao Primeiro-Ministro e aos Grupos Parlamentares da A.R.”

Seguidamente, a Mesa colocou à votação a moção proposta pelo Sr. Prof. João Dinis, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com oito votos a favor, sete votos contra e vinte e duas abstenções.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Raúl Dinis, que fez a seguinte declaração de voto:

“Votei contra esta proposta por uma razão: fala-se na ESTGOH e na sua construção. Eu tenho de manter aqui alguma coerência porque foi apresentada, aqui, na Assembleia anterior, uma moção para a construção específica num lugar. E eu penso que há outras alternativas. Portanto votei contra isso, até porque, mesmo não tendo sido incluídas verbas no PIDDAC, não quer dizer que o Governo não venha a atribuir verbas para se fazer a construção e para se fazerem as obras.

Portanto, não sei se será muito necessário este tipo de situações. Isto é a minha opinião.

Já agora quero referir uma outra situação: foi apresentada, na última Assembleia, uma moção para a construção da ESTGOH especificamente num lugar. Foi apresentada pelo Sr. António Lopes. E o Sr. António Lopes, em vinte e três de Fevereiro de dois mil e sete, congratulou-se com o aproveitamento da ACIBEIRA para construção da ESTGOH. Portanto, houve aqui alguma alteração no sentido da construção da escola. E, por tudo isso, votei contra esta moção pois tenho de manter alguma coerência relativamente à ESTGOH.”

Tomou, depois, a palavra o Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes:

“Em primeiro lugar, hoje queria dar aqui uma palavra... Penso que as pessoas sabem que tenho uma relação de amizade e de admiração com o Sr. António Lopes. Sem dúvida nenhuma, a intervenção do Eng.º Carlos Artur, na minha opinião, espelhou o sentimento da maior parte das pessoas. Também lhe quero dizer que o vejo partir com mágoa.

Vejo-o partir com mágoa – e já lho tinha dito – por duas ou três razões. Primeiro, porque eu sei que foi uma voz sempre em defesa dos problemas das populações e nós estamos aqui precisamente para fazer essa defesa. Depois, estamos, quer queiramos ou não... O Sr. Presidente da Câmara tem dito várias vezes que não governa com o programa dos outros, que governa com o seu programa. Nós sabemos também que o Sr. vai-nos ouvindo e vai, como pessoa inteligente que é, tirando algumas ilações disso. Vai modificando os seus comportamentos e, mesmo às vezes parecendo que é bastante teimoso, sempre fica alguma coisa.

É com muita mágoa, porque eu acho que o nosso concelho perde por o Sr. Lopes sair... E estou a falar estritamente em termos políticos porque, depois, falarei sobre os outros. E porque ele faz uma relação com o povo, de aproximação, que é importante nos políticos.

Eu, pessoalmente, estou à vontade. E aqui, olhos nos olhos com o Sr. António Lopes... Nem sempre concordo com tudo e com as formas de actuação do Sr. António Lopes. Ele sabe até, que de vez em quando, sou um dos críticos da forma como ele se posiciona. Estou absolutamente à vontade.

Mas isso não me tira o respeito que eu tenho e sei a lealdade e a honestidade com que ele desempenha o seu cargo político. E há uma coisa aqui que me faz um certo tipo de confusão: é que eu acho que, neste concelho, em determinada altura... Eu disse a uma pessoa do PSD e muito próximo do Sr. Presidente da Câmara: “eu acho que alguém precisa de mediar este conflito entre o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. António Lopes”. Mediar este conflito queria dizer nos princípios da cordialidade, do respeito e até de alguma transparência. E eu acho que faltou alguém aqui... E, na minha opinião, quem devia ter mediado este conflito ou esta forma de fazer política e estes extremismos de posições, era o próprio Presidente da Assembleia Municipal. Para não termos perdido este Homem.

Em relação ao que ele tem feito pelo concelho ou o que ele tem dado, eu acho que só tem algum problema em ter dado alguns dinheiros para o concelho, por ser comunista, e as pessoas viram isso como um aproveitamento do dinheiro para fazer política, o que não é verdade.

Qualquer concelho que tenha um Homem como este, na minha opinião, não tem que o tratar melhor ou pior do que aos outros, mas tem que o tratar com os mesmos princípios da ética, de respeito e de cordialidade.

No próximo dia dois abre a obra mais importante da zona da Cordinha, a obra mais necessária na zona da Cordinha, que é o Centro Social, o Lar da Cordinha. Abre no dia dois, com quarenta e oito utentes. O António Lopes também deixou lá uma ajuda, que foi preciosa. E, ontem, eu mais outro deputado aqui do PSD – o Sr. Sebastião Monteiro Soares – tivemos a oportunidade de o visitar e eu fiquei realmente encantado. Como do dinheiro que a Câmara deu mais bem empregue está naquela obra. O António Lopes deu vinte mil contos e a Câmara Municipal deu trinta mil contos e, por isso, estes donativos também são importantes.

Os Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira têm uma ambulância equipada que também foi oferecida pelo Sr. António Lopes. O único donativo

que o António Lopes deu em termos de organizações onde eu estou, foram quatro mil e quinhentos contos, para o relvado sintético da Cordinha, que tínhamos uma comissão elaborada por seis elementos e estava com alguns problemas para o pagar.

Por isso, eu acho que a política é uma coisa e o dinheiro do António Lopes é outra coisa. São coisas à parte.

Mas a sua posição crítica sempre também se foi agudizando, na minha opinião, por falta desses elementos que não lhe foram dados ou dentro dos poderes discricionários do Sr. Presidente da Câmara. E criou-se aqui um conflito, que na minha opinião, absolutamente desnecessário.

Por isso, queria agradecer-lhe o contributo. Acredito que vai regressar, não é um Homem de desistir. Isto pode ser interpretado como uma desistência, virar as costas à luta, de alguma cobardia. Mas, quem o conhecer, sabe que isso não é verdade. E, por isso, com grande respeito e amizade... Como lhe disse, na política muitas vezes estamos afastados e temos grandes discussões. Nem sempre a forma de relacionamento do António Lopes com a própria Câmara a mim me agradou. E alguém devia ter mediado isto, para o bem do nosso concelho.

Obrigado António Lopes.

Vou passar para apresentar aqui uma questão ao Sr. Presidente da Câmara. Estou preocupado. Ouço as pessoas e estou preocupado hoje com um problema que atinge as micro-empresas de mecânica automóvel, mecânica das motas. Aquelas micro-empresas que têm um, dois ou três empregados. E estou bastante preocupado por causa dos seus licenciamentos.

Essas oficinas, que dão jeito às suas comunidades, têm alvarás, mas neste momento oitenta a oitenta e cinco por cento estão ilegais. Estão ilegais, porque não têm um licenciamento. Por exemplo, o Ervedal tem três oficinas deste tipo e estão com grandes problemas e todos eles acham que a possibilidade é fechar a porta se não ajudarmos.

Eu já levei isto ao Núcleo Empresarial, do qual faço parte, mas penso que é importante também a participação da Câmara Municipal.

Eles têm de fazer um conjunto de adaptações às novas regras que são extremamente duras e difíceis. Precisam de projectos das próprias instalações. E, aquilo que eu queria pedir ao Sr. Presidente da Câmara era ver se havia alguma possibilidade, até depois também com o Núcleo Empresarial, ver se os serviços técnicos da Câmara lhes davam umas ajudas mais técnicas nos projectos.

Eu, realmente estou preocupado porque são micro-empresas que estão todas ilegais. Até hoje não têm sido multadas...têm vindo técnicos do ambiente pedir-lhes o licenciamento, eles mostram aqueles alvarás antigos que tinham das Câmaras Municipais, mas estão ilegais. Tem é havido alguma complacência em dar-lhes algum prazo para eles colocarem a situação legal.

Era esta a ajuda que eu acho que a Câmara Municipal podia dar, através dos seus serviços técnicos. Esta ajuda seria muito importante para estas micro-empresas.”

Tomou, depois, a palavra o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves:

“Começo também por lamentar profundamente a suspensão do mandato do Sr. António Lopes. O Sr. António Lopes é uma pessoa que gera facilmente relações afectivas com todos nós e não só por isso, não só por essas relações pessoais mas também pelo afrontamento político de que ele deu aqui mostras e que não é habitual aqui nesta Câmara. E, da mesma forma que eu lamentei o desaparecimento do CDS – que nós, no Partido Socialista não somos maniqueístas – lamento também a ausência do Sr. António Lopes, até porque, sejamos sinceros, não tem um discurso, como nós vemos por vezes aqui da parte do partido que ele defende, sempre no mesmo sentido. Isto é, aqueles de quem não gostamos não fazem nada de bem, fazem tudo do mal.

O Sr. António Lopes não tem sido assim, tem sabido distinguir as coisas. De facto é um hábito, por vezes aqui, aqueles que não gostam de nós acham que nós não somos bons em nada, fazemos tudo mal. O Sr. António Lopes não tem sido assim. Por isso, eu queria lamentar...Espero que ele regresse em breve, também como já aqui foi dito.

Um esclarecimento em relação a esta questão levantada agora aqui pelo José Carlos Alexandrino: quer-me parecer que essas instalações industriais serão do tipo 4. E, a serem do tipo 4, hoje em dia basta apresentarem uma declaração prévia junto da Câmara e não necessitam de alvará. Mas, a Câmara depois esclarecer-vos-á melhor. Como sabem, houve uma alteração legislativa efectuada por este Governo, uma alteração legislativa recente em que esses estabelecimentos industriais, sendo pequenos digamos assim, não precisarão de alvará. E, neste momento, não estarão já, na situação de ilegalidade que referiu.

Em relação às acessibilidades, eu também quero aqui associar-me à decisão que foi tomada recentemente. E um jornal insuspeito como a “A Comarca de Arganil” disse que *“desde o primeiro número, em um de Janeiro de mil novecentos e um, até hoje esteve sempre ao lado dos povos desta vasta região que serve na luta pelas boas vias de comunicação que teimaram em*

*chegar, com as consequências negativas que são conhecidas. Mas finalmente, essa injustiça de tantos anos parece estar a ser reconhecida e começamos hoje a ter novos ventos. Novos ventos começam a soprar naquilo que é o rasgar de novos caminhos que levem de uma vez por todas a acabar com o isolamento desta ilha de pedra.”*

Portanto, quer se queira quer não, e quer se diga, como já se disse aqui, que ainda não há obras, o que é verdade é que já se passou da propaganda aos actos. Já há adjudicação do troço Moita da Serra/Catraia dos Poços. Portanto, pelo menos nesta parte, já se passou da propaganda aos actos.

Já ficaram lançadas uma quantidade de novos troços. Veja-se o que dizem os jornais regionais nomeadamente em relação à estrada nacional 236, à estrada nacional 342, ao novo IP 3, que irá ser lançado também em breve.

E há que reconhecer o mérito ao Sr. Secretário de Estado-Adjunto e das Obras Públicas, o Dr. Paulo Campos, até pela elevação que ele teve aqui no dia sete de Outubro, de que todos se recordam, e depois, posteriormente, no diálogo com os empresários. Portanto, não há que esconder as coisas. O que não há dúvida nenhuma é que é um comportamento totalmente diferente de outros que têm tido anteriormente... Recorde-se que houve um Sr. Primeiro-Ministro que prometeu, creio em dois mil e cinco, ao Sr. Presidente da Câmara que em breve teríamos o IC 6, Primeiro-Ministro esse que depois, eventualmente pelo facto de ter ido para a Europa esqueceu-se disso. Portanto, não há dúvida que é já um facto concreto esta decisão.

Segunda questão que eu queria referir aqui era a questão das águas e do saneamento... Há dias, suscitaram-se aqui dúvidas quanto ao preço das águas. Tive o cuidado de me esclarecer sobre esta matéria nomeadamente com a Eng.<sup>a</sup> Dulce, que sabe mais disto do que eu.

A questão das águas é um problema complicado porque, quer a gente queira quer não, em termos de futuro, as águas vão ter que ser sempre mais caras. Isto é fatal como o destino. A não ser assim, teria que ser o Estado a suportar o diferencial. E, se for o Estado a suportar o diferencial, seremos sempre todos nós a suportá-lo. Portanto, nós futuramente... Por isso eu não percebo muito bem as dúvidas do Sr. Presidente da Câmara, que devia estar mais informado sobre isto até do que nós próprios.

O preço da água será sempre o preço de custo e, para garantir que é assim, o Instituto Regulador das Águas e Resíduos está já a fiscalizar os chamados sistemas multi-municipais, para garantir que eles não tenham lucro no fim de cada mandato. Poder-se-á dizer: mas podem ter mais eficiência. Eventualmente

sim, não quero estar a negar que há sempre hipótese das empresas virem a ter mais eficiência. Agora, o que eu acho que nós devemos fazer é com que, aqui a Câmara Municipal, posteriormente, na componente do custo que introduzir no fornecimento da água deve ter um centro de custos bem delimitado, até porque o IRAR vai exigir isso, para que o preço seja o preço justo. E o preço justo é o preço de custo. Portanto a Câmara Municipal não vai poder embrulhar esta despesa noutras despesas, para tornar o preço superior em relação ao preço de custo. Portanto vamos entender-nos: não há hipótese nenhuma da água ser a um preço inferior ao preço de custo, porque senão estará sempre o Orçamento de Estado a pagá-lo.

Terceira questão: também uma palavra de enaltecimento – e eu penso que isto é importante dizer-se aqui porque a política também é isto – quanto à Presidência Portuguesa da União Europeia. Se nos recordarmos da dificuldade que houve na concretização da Cimeira União Europeia/África e o trabalho que levou a organizá-la, se pensarmos no trabalho que deu a preparação do acordo e da assinatura do Tratado de Lisboa, eu diria que foi um trabalho hercúleo da parte deste Governo. Aliás, o Sr. Presidente da República reconheceu, todos os partidos o reconheceram... O PC não o reconheceu por uma razão muito simples: é que o PC, como é contra a Europa... Eu rectifico: quando digo todos os partidos, são os partidos europeístas.

Para terminar: ainda ontem o Acordo de Schengen deu mais liberdade àqueles países que, até há muito pouco tempo não eram livres. E nós, hoje, podemos ir de Portugal aos Urais sem nenhuma limitação. Isto é um bem para a democracia e é um bem para a liberdade, embora muitos não gostem desta liberdade, porque, quando falam em liberdade querem-na toda só para eles.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Carlos Mendes que fez a seguinte intervenção:

“Depois de vos ter ouvido, pela primeira vez, como fui o último é diferente... Se calhar vou começar a falar em último ou deixar-me para os últimos, porque se absorvem mais coisas. Eu estava a dizer que, normalmente, era sempre dos primeiros, mas ouvir as intervenções das pessoas muitas vezes baralha-nos e troca-nos.

A mim traziam-me aqui apenas dois casos e, agora, traziam-me vinte. Porque, da maneira com que toda a gente falou acerca da maior parte dos problemas que assolam o país e o concelho, então tínhamos aqui uma panóplia de situações que teríamos que dissecar, desde a E.S.T.G.O.H., ACIBEIRA ou não ACIBEIRA. O que é que nos interessa isso? O que interessa é que seja a

Escola. Eu continuo a ter a mesma posição. Eu quero é a Escola. Na ACIBEIRA? No terreno que a Câmara comprou? Infelizmente, não pode estar é no sítio em que está, porque está a “arrebentar pelas costuras”... Quero é a Escola. Construam a Escola onde quiserem. Façam é a Escola! Essa é a parte principal.

Quanto às estradas: andamos a discutir a estrada não sei há quantos anos uns contra os outros. Se foi o Governo PSD que deixou cair o Plano Rodoviário 2000, se foi o PS que fez mal o Plano Rodoviário 2010... Nós queremos é a estrada. Venha a estrada!

E, já agora, queria dar razão ao Rocha numa coisa: efectivamente não foi o César Oliveira que começou a construção dos pólos industriais. O da Cordinha foi ele que começou, a Zona Industrial de Oliveira foi ele que o aumentou também um bocado, mas não foi ele que, efectivamente, os começou.

Portanto, venha a estrada. Ele dizia uma frase que eu nunca me esqueci:”a estrada não é azul, não é vermelha, não é rosa, não é laranja, é uma estrada”. Que todos nós a podemos utilizar. A estrada é de todos. Porque é que nos havemos de andar a criticar cada vez que aqui vimos...ou foi este, ou foi aquele. Não. A estrada é para todos. Precisamos é da estrada, venha ela!

Se se resolveram os “problemas” entre o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Secretário de Estado, a “guerra” dos Presidentes da Câmara... Venha a estrada. Se fica a melhor a Norte? Fica, porque não nos estraga a única coisa bonita que nós ainda temos e que queremos defender, que é a zona sul, o turismo.

Como dizia alguém há bocado: não é só olhar para a ponta do nariz... Esta é a parte principal e eu acho que nós temos de pensar nisso desta maneira. Se nós continuamos, aqui, a acusarmo-nos uns aos outros, sinceramente o concelho vai perdendo. Para já, perde as pessoas que deviam estar aqui, que discutem, que falam... Enquanto viermos para aqui com esse espírito, não vamos a lado nenhum.

Portanto eu acho que nós temos que criar aqui o futuro. Já hipotecámos o futuro dos nossos netos e bisnetos por causa das Estradas de Portugal. Mas, se calhar, se não for assim, não temos estradas. Se não for assim, os nossos netos também não têm por onde andar. Se calhar, se não for assim, vão-se todos embora, não fica cá ninguém, ficamos cá nós.

A história do comboio. Eu lembro-me que estudei que o ramal de Serpins era para vir até Arganil, era para ligar não sei onde e também era para chegar aqui.

Temos é que lutar pelo concelho. E o concelho luta-se por essas coisas: é a escola, é a estrada... Mas isto é a verdade. Vamos olhar para a frente, olhar para o futuro. Cada vez que, infelizmente, acontecem pequenas coisas e vejo crianças, vejo miúdos e gente jovem a morrer nas estradas ou por outras razões, pergunto: para quê? Vamos é pensar no futuro, vamos pegar nas coisas que temos, vamos criticar o Governo...mas façam alguma coisa!

Sr. Presidente da Junta de Vila Franca da Beira, o Sr. tem razão! Não está no PIDDAC. O que está no PIDDAC é ridículo, tem toda a razão! O Sr. tem toda a razão, é ridículo o que está no PIDDAC.

Agora, espero é que a capacidade da Câmara Municipal e do Estado no QREN, venha a dar alguns desses dinheiros que não estão no PIDDAC. Era isso que eu queria.

Penso que em relação ao concelho e o futuro já chega! Juntem-se as vontades, aproveitem-se as oportunidades e vamos todos embora para a frente.

O segundo ponto que pretendia falar é em relação à antena. É que, por acaso, essa antena é mesmo por detrás da minha casa. É que não disseram nada a ninguém, não fizeram pergunta nenhuma. A mim tanto se me dá, não estou preocupado com isso. Esteticamente é feio. Não tinham outro sítio para colocar a antena? Teria que ser no meio da cidade? Eu acho que, esteticamente, fica muito mal. Não sei se era obrigatório ou não, se aquilo é do Ministério ou se era da Câmara, se a Câmara tinha alguma coisa a fazer ou não. Mas honestamente, acho que, quem fez ou quem deixou fazer aquilo, fez um atentado ao ambiente em Oliveira do Hospital.

Sr. António Lopes: houve um Homem que passou aqui por esta Assembleia há uns vinte anos, um camarada seu – o João Amaral. Era um Homem de carácter, um homem com uma maneira de ser maravilhosa e que, nessa altura, revolucionou, também, esta Assembleia. E, nessa altura, não éramos quarenta e três, éramos setenta e tal.

Ao Sr. António Lopes só queria dizer duas coisas:

Obrigado por ter estado connosco durante este tempo. Obrigado por ter levantado algumas questões. Obrigado pela sua amizade. Mas este concelho, como também já foi dito e não queria ser repetitivo, também precisa de si. Não só nesta assembleia, mas talvez no apoio a tudo aquilo que nós estivemos a falar aqui, que é o desenvolvimento. E, se tem essa capacidade económica e financeira para puder ajudar, eu acho que não se deve ir embora.

Portanto, como alguém disse aqui, vá mas não deixe Oliveira do Hospital. Obrigado por tudo.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. João Abreu que fez a seguinte intervenção:

“Queria começar por dizer que a questão da ADSL que não chegava a Meruge, está praticamente resolvida. Já foi feito o transporte aéreo até lá. Portanto, só para dizer que vale a pena a gente falar nos problemas e insistir neles para que se possam resolver.

Depois, também dar conta de mais uma edição da Feira do Porco e do Enchido. Os que lá estiveram sabem que foi, de facto, um grande acontecimento e afirma-se cada vez mais como um evento que prestigia a freguesia e o concelho e dá nome ao concelho. Portanto eu creio que foi uma iniciativa arrancada em boa hora.

Depois há algumas questões que alinharei um bocado à pressa. Sobre a questão da água que já foi aqui falada. Eu creio que a recente divulgação do regulamento que vai gerir, quer as empresas que vão ficar com o monopólio da distribuição da água em alta e em baixa, quer do saneamento básico, é um regulamento extremamente perigoso. Perigoso na medida em que vem confirmar aquilo que já dissemos várias vezes: a água é o negócio do século e, portanto, sendo um negócio, é apetitoso para os grandes grupos económicos.

E o que se diz aqui, que a água tem que ter custos reais, dá vontade de rir, porque, por essa lógica, os bens que são fundamentais para a qualidade de vida das pessoas, como por exemplo a medicina, o ensino, etc., também deviam ter custos reais e, então, ia ver o que é que seria desta sociedade.

Mas, o que se pretende com esta tese dos custos reais, não é nada mais nada menos, do que canalizar para estas empresas chorudas receitas que permitam que elas sejam apetitosas, depois de terem garantia dessas receitas para o capital privado para, depois, esse mesmo capital privado poder pagar, como paga hoje, chorudos ordenados aos seus administradores.

Por exemplo, se calhar ninguém sabe quanto é que ganha um administrador das Águas do Zêzere e Côa. Mas ganha noventa mil euros, mais cartão de crédito, mais viatura de alta cilindrada, etc., etc. E, quem é que paga isto? Pagamos nós, ou querem que paguemos nós.

Eu queria dizer que, quando aprovámos aqui a adesão às Águas do Zêzere e Côa, porque não foi deixada nenhuma alternativa ao Município, ficaram salvaguardados os custos da água aqui no concelho de Oliveira do Hospital. Portanto, ficou salvaguardado que essa adesão se faria mas sem que isso significasse aumentos drásticos da água para os consumidores e que a Câmara se obrigaria a suportar os custos sociais dessas tarifas.

Portanto, eu creio que este princípio deve ser mantido. E a Assembleia deve exigir da Câmara e a Câmara deve exigir da entidade de que é associatária que esse princípio se cumpra. E que se cumpra a favor das populações, porque as empresas de serviço público devem existir para servir as populações e não para servir e para criar mordomias para aqueles que se instalaram nelas.

Depois, para abreviar razões: esta questão da União Europeia. Eu acho absolutamente normal e lógico que o Dr. Rodrigues Gonçalves faça esta apologia do Governo porque ele é do Partido Socialista, é membro do Governo. Portanto, acho que faz bem, embora, como se costuma dizer, “ser juiz em causa própria”, às vezes, do ponto de vista ético, não é muito razoável. Eu acho bem, que ele o faça, mas não pode é querer escamotear a realidade!

E o que é que a gente verifica? É que, de facto, toda a gente tece encómios à governação portuguesa como que se, de facto, o mérito de alguma coisa que tenha corrido bem, fosse dos portugueses. Quem dirigiu esta Cimeira ou este mandato foi, como se sabe, a Alemanha, que tinha deixado esta incumbência para Portugal. Portugal foi um mero executor e, nalgumas coisas, mal dessa política.

Mas o que eu queria dizer era o seguinte: ele tem toda a razão para dizer bem porque está no seu papel, não pode é escamotear que Portugal está na cauda da Europa em tudo o que são vectores sociais. E isso é que é lamentável. Nós governamos muito bem a Europa mas não resolvemos os problemas de casa. Então como é que é isto? Não pode ser. Nós temos a maior taxa de desemprego da Zona Euro, estamos atrás dos outros todos nos cuidados primários de saúde, na educação, etc. Então, afinal que mérito é esse?

Queria também falar aqui sobre a proposta, o entendimento sobre a nova lei eleitoral para as autarquias. E, para abreviar razões, vou ler um texto que preparei e que diz assim:

“A pretexto da garantia de estabilidade nos órgãos autárquicos, PS e PSD congeminaram uma proposta de lei para as eleições autárquicas para entrar em vigor já no próximo acto eleitoral.

É um documento hipócrita, porque se esconde sob a capa de governabilidade dos executivos municipais. A realidade é que, nos últimos trinta anos, contam-se pelos dedos de uma só mão as câmaras que foram derrubadas pela oposição.

Os verdadeiros objectivos da sua elaboração são: a presidencialização das decisões, a negação do método da proporcionalidade, a redução do poder de

fiscalização dos vereadores democraticamente eleitos, o fazer caminho para a bipolarização.

A entrar em vigor esta lei, será mais uma machadada no poder local e contribuirá para empobrecer a nossa vida democrática, fazendo adensar o clima de suspeição que já hoje paira sobre os titulares de cargos autárquicos.

Criar maiorias absolutas artificiais nos executivos tende a gerar nepotismo dos vencedores, a tornar menos transparente a gestão pela impossibilidade de fiscalizar e até de poder contrariar decisões pontuais ou orientações estratégicas. Rejeita a pluralidade de opiniões que, como se sabe, podem não vingar em termos de votação mas obrigam as maiorias a ter em conta esses pontos de vista e, quantas vezes, a adoptá-los.

Dizer que as assembleias municipais vêm os seus poderes acrescidos pela possibilidade de apresentação da moção de censura é outra mentira descarada.

Em que assembleia municipal do país a oposição tem dois terços de votos para poder censurar a Câmara? Neste momento, creio que nem na de Lisboa, em virtude do rocambolesco processo eleitoral que se verificou, isso acontece.

Pelo caminho retira-se aos presidentes de junta o direito de votar o plano, o orçamento plurianual, a conta de gerência e a moção de censura, numa lógica de desvalorização crescente do papel das juntas de freguesia as quais – não nos esqueçamos – este Governo tenciona eliminar a sua maioria.

Se a lei eleitoral para as autarquias necessita de ajustamentos – refiro-me à anterior – não é para diminuir a representatividade dos órgãos nem a pluralidade da sua composição ou os poderes de fiscalização dos eleitos. É exactamente em sentido contrário: reforçando esses poderes para credibilizar o poder local, torná-lo mais transparente e sério, para que aconteçam cada vez menos os fenómenos Fátima Felgueiras e Isaltino Morais, a manchar a dignidade de uma classe política, na sua maioria esmagadora, honesta e dedicada à causa pública.

Por último, também uma nota sobre a lei-quadro das regiões de turismo. Eu creio que esta é uma lei que ataca de forma deliberada a autonomia do poder local e que foi feita, claramente, para servir os grandes serviços económicos. Senão vejamos, criam-se cinco regiões mais ou menos de acordo com a regiões-plano. Depois criam-se mais cinco regiões ligadas ao PIN – Programa de Interesse Nacional: Tróia, Alqueva, Douro Oeste e Serra da Estrela...

Ou seja, existe uma região de turismo do Alentejo, que era a única que tinha capacidade e dimensão para se afirmar nesta lógica de juntar parcelas para dar dimensão, como eles dizem. O Alentejo já tinha essa dimensão e o que é que

acontece no Alentejo? Espartilha-se! Cria-se Alqueva e cria-se, então, o Litoral Alentejano.

Há uns tempos, discutia-se nesta Assembleia se Oliveira do Hospital ficava na Região Centro ou Serra da Estrela. Portanto, sem querer, fica na Região Centro, mesmo sem ter tomado nenhuma deliberação nesse sentido. Mas, cria-se a Serra da Estrela para servir os interesses da Turistrela, dos Costa Pais, única e exclusivamente, e não para servir as regiões de turismo.

Portanto eu creio que este é um assunto que merece também discussão nesta Assembleia, pela importância que tem do ponto de vista do desenvolvimento económico, mas também do ponto de vista político, porque esta imposição destas regiões de turismo, é, de facto, um atentado à autonomia do poder local.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelos membros da Assembleia Municipal:

“Foi aqui dito muita coisa e pouca coisa, diria eu. Foram colocadas algumas questões, que têm sido recorrentemente utilizadas, como o caso da rede viária, do saneamento, da água, etc.

Mas há aqui, alguns aspectos que me parecem importantes. Sobre duas questões que eu registei do Sr. Eng.º Carlos Maia: queria dizer que a ETAR já está a funcionar, mas que o seu funcionamento não está debaixo da alçada da Câmara. Se a ETAR tivesse sido feita pela Câmara estaria a funcionar logo imediatamente após a sua conclusão. A ETAR não foi feita pela Câmara, foi feita pelas Águas do Zêzere e Côa. Portanto eles é que tinham que a colocar em funcionamento. E, por diversas vezes, foram chamados à atenção para isso, pela Câmara, para que, efectivamente, a ETAR entrasse em funcionamento. Ora faltava isto, ora faltava aquilo, a última coisa que faltava era o medidor de caudal, que, então, foi instalado há cerca de três semanas. Entretanto, pela informação que me foi dada, a ETAR entraria de imediato em funcionamento.

Sobre a questão de reposição do pavimento, também quero dizer-lhe que o Presidente da Câmara fez todas diligências, junto de quem de direito, para que fosse repostado o que faltava repor e para que fosse repostado como devia ser aquele que estava mal repostado.

Falei com o responsável por esse sector das Águas do Zêzere e Côa. Foi-me dito que já haviam sido dadas indicações à empresa. A única hipótese que eu vejo aqui para, definitivamente, resolver o problema é mandar lá o pessoal da Câmara fazer a reposição e mandar a factura à empresa. Não vejo outra solução,

porque já foram feitas um conjunto de diligências nesse sentido e nada foi feito relativamente a essa matéria.

Sobre a questão das antenas eu gostaria de dizer o seguinte: uma coisa é uma antena que tem fins comerciais, outra coisa é uma antena para permitir a montagem de um sistema em rede de segurança e de emergência.

Aquilo que o Carlos Mendes disse sobre os impactos da antena, eu próprio disse. E sugeri inclusive, a quem de direito, que poderia ser junto dos bombeiros, que já lá têm algumas antenas, bem como outras hipóteses. Mas, a resposta que foi dada é que tinha de ser num espaço do quartel da GNR e que não havia outra alternativa. Ora, se não há outra alternativa, se a antena tem um fim que tem haver com um princípio fundamental de qualquer estado de direito, que é a segurança e a emergência, nós não tínhamos argumentos para poder utilizar relativamente à questão da antena. Porque disseram que tem de estar ligada ao posto da GNR, tem que haver relações de proximidade. E, relativamente a essa matéria, nós nada podíamos fazer, estávamos totalmente dependentes daquela solução.

Também não sei se era possível impedir a implantação da antena pois não chegámos sequer a equacionar essa hipótese. Portanto, está aqui a justificação do porquê desta antena e do não porquê da outra antena na outra localidade, neste caso, na Lajeosa. Quanto a esta última, tal como a lei determina, vamos sugerir outros espaços dentro da freguesia à empresa que pretende instalar a antena.

O Dr. Rodrigues Gonçalves falou também sobre a questão de que o Presidente da Câmara não pode andar a falar, aqui, da questão da água, tem que se pagar a água ao preço de custo. Sr. Dr., nunca isso foi posto em causa pelo Presidente da Câmara. O que o Presidente da Câmara põe em causa, são coisas muito simples:

Primeiro: nós assinamos um contrato de concessão e fomos enganados. Porque o contrato de concessão que nós assinámos, que vocês aprovaram aqui, que nos aprovámos em reunião de Câmara, previa, no limite, em 2030, que o preço da água fosse, salvo erro, a cinquenta e oito cêntimos. E aquilo que hoje é apresentado é a passagem, já, para setenta cêntimos. Ora, não foi nada disso que nós aqui aprovámos, que aprovou a Câmara e que vocês aprovaram ao nível da Assembleia. Não foi nada disso!

E depois há outra questão que é importante: então demos exemplo, porque é que os administradores hão-de ter salários milionários? Porque é que hão-de ter carro, telemóvel? Demos exemplos, começando logo por quem administra. Porque é que um administrador das Águas de Portugal não é equiparado a um

Presidente da Câmara de um autarquia, seja até de Lisboa? Porque é que há-de ter um salário diferente? Tem mais responsabilidade que um Presidente da Câmara de uma autarquia dessas? Não tem! Então, comecemos por aí. Demos esses bons exemplos, essas boas práticas, que toda a gente perceberá que há efectivamente condições e que a água tem de custar aquilo, mas que não custa aquilo porque há não sei quantas pessoas com salários milionários. Isto para não falar também em técnicos, para não falar em pessoal técnico que está nessas empresas. Porque é que os salários dos técnicos não são equiparados aos técnicos que trabalham nas autarquias? Que trabalham outros organismos concentrados no Estado? Porque é que hão-de ser superiores?

São estas questões que o Presidente da Câmara coloca e acho que tem toda a razão e toda a lógica em colocá-las.

Depois sobre a questão que foi levantada, creio que pelo Prof. José Carlos Alexandrino e que entretanto o Dr. Gonçalves também procurou de alguma forma responder, à questão levantada sobre as pequenas oficinas. Eu julgo que o problema das pequenas oficinas, não é tanto o licenciamento, até porque da Câmara tem havido a maior abertura e a maior disponibilidade para ajudar os proprietários dessas oficinas. Mais ainda, até hoje, apesar dos autos levantados eu ainda não apliquei uma única coima relativamente a esses empresários pois tem-se procurado resolver as questões com o licenciamento efectivo. A Câmara tem dado o máximo apoio nessa matéria, para que as pessoas licenciem. Eu julgo que o problema deles, hoje, é mais o tratamento dos resíduos, reside mais no problema das regras, das imposições que existem ao nível da recolha e tratamento de resíduos. No que respeita ao licenciamento, tem havido da parte da Câmara a maior disponibilidade para informar, para ajudar, juntamente com os técnicos que elaboram os projectos. É evidente que nós não podemos estar a elaborar os projectos às pessoas, porque mesmo que nós os elaborássemos não podiam ser assinados pelos nossos técnicos e teriam sempre um problema.

Agora, quero dizer que continuamos abertos e disponíveis para apoiar esses pequenos empresários no sentido de resolverem essas questões, tal como outras questões que têm surgido ao nível dos espaços comerciais, nomeadamente no domínio da restauração, da segurança alimentar, entre outros. A Câmara, também aqui, tem dado apoio e tem procurado ajudar os proprietários a resolver essas questões que me parecem extremamente importantes.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira falou também na questão da falta de água em Vila Franca, com a ligação feita por parte das Águas do Zêzere e Côa. É um problema que estamos a resolver e que

tem a ver com uma coisa muito simples: a criação de ar dentro da tubagem evita que haja circulação da água na respectiva canalização. Assim, iremos colocar uma ventosa no sentido de proceder à libertação do ar existente na tubagem, para que este problema deixe de acontecer.

Depois, falou-se aqui das vias, da ESTGOH, etc. Eu concordo com o Carlos Mendes. O que é preciso é haja estrada, o que é preciso é que haja escola, o que é preciso é que as obras apareçam, sejam elas da responsabilidade do Governo ou da Câmara Municipal. Mas também é preciso que haja condições para que elas possam aparecer.

Portanto, no que diz respeito ao Governo, o que eu acho mal é quando aqui, se pretende dizer que os outros não fizeram nada e que tudo foi feito agora. É falso! É mentira! Porque o concurso para o troço que vai ser feito entre a Catraia dos Poços e Variante de Tábua só foi possível lançar porque os outros anteriormente fizeram o trabalho que tinham para fazer, ao nível da avaliação do impacto ambiental, ao nível do lançamento de concurso público para a execução do projecto. E, depois disso, este Governo teve condições para lançar o concurso para a obra. Isto é que tem de ser dito. E porque eu tenho documentos que comprovam isto. É que não é a palavra, são os documentos e as respostas dadas pelos responsáveis do sector, por quem tinha essa responsabilidade.

Por isso é que, quando recorrentemente o João Dinis aqui diz assim: *“porque o Sr. Presidente da Câmara devia pressionar o Sr. Secretário de Estado por causa do financiamento da repavimentação da estrada para a Felgueira”*... Só que o Sr. Secretário de Estado teve uma falha: disse que ia apoiar e não podia. E isto é que nós temos que entender. E não podia porque aquela obra já foi financiada. Foi financiada a cem por cento, com setenta e cinco por cento, salvo erro, de fundos comunitários e vinte por cento do Orçamento Nacional. Portanto, não pode haver duplo financiamento. Esta é que é a questão e é preciso dizer as coisas com clareza.

Agora, só porque o Sr. Secretário de Estado teve um “deslize” numa intervenção que fez, eu vou estar a exigir o apoio? Não. Temos que lidar com as coisas da forma como elas têm que ser lidadas. Neste caso concreto, o que acontece é também isso. E não há nenhum de nós que não tenha deslizes, nomeadamente em intervenções públicas sejam elas de qualquer natureza. Não vamos é estar a utilizar esses elementos para agora sacrificar as pessoas com algo que não pode ser feito.

A mim, o que me interessa neste momento, é que o Sr. Secretário de Estado ponha toda a sua energia e toda a sua dedicação no sentido de que até ali

já está, agora o que nos interessa é a outra parte. É que, no que diz respeito à outra parte, isto se desenvolva com a máxima celeridade, que não haja perda de tempo com discussões “bacocas” sobre se o nó é ali ou acolá, sobre se é mais cinco, ou dez, ou mil metros ali ou mais acolá. Isso não interessa. O que interessa é que para Oliveira do Hospital, que foi aquilo que eu sempre disse, passe a norte da cidade. Se vai passar mil metros mais aqui ou mais ali, para nós é indiferente. Que sejam feitos os nós. Se o nó fica mil mais aqui ou mais ali, para nós não faz diferença nenhuma. É preciso é que a via se faça e que os nós existam e que, acima de tudo, sirvam quem cá está. É esse o objectivo.

Sobre a ESTGOH, eu tenho a dizer o seguinte: todos os cenários devem ser equacionados. Não podemos é dar argumentos ao Governo ou a quem quer que seja, de que a Escola não se faz porque nós andamos aqui numa discussão “bacoca” a saber se fica aqui ou se fica ali. Isso é que nós não podemos. Esse argumento não quero dá-lo a ninguém e muito menos ao Governo. Se, amanhã, a Escola não vier a ser feita, não há-de ser por culpa da autarquia de Oliveira do Hospital. Isto é que eu acho que é importante.

Estarmos aqui com estas discussões à volta destes problemas, despendemos muita energia para discutir coisas que, eventualmente, na prática, não merecem que a gente despenda tanta energia com essa discussão.

Sobre a questão do SAP, na introdução ao Plano digo precisamente isso, que não tenho mais noticia nenhuma. Parto do principio fundamental que as pessoas são pessoas de bem e pessoas de palavra, que as instituições também são instituições de bem e que os compromissos que foram assumidos em determinada altura são para cumprir. Portanto, sobre essa matéria não vou dizer mais nada do que está escrito na introdução ao Plano.

Depois, foi falado também pelo João Abreu a questão da ADSL, que eu acho óptimo. Tardou um bocado, mas também o idoso na Quinta da Galvão também dizia que *“tarde é aquilo que nunca chega”*.

Depois dizer o seguinte: quanto à questão da incubadora, do concurso municipal de ideias de negócio, do “orgulhosamente só”... Eu não quero estar aqui orgulhosamente só, nunca quis. Também aqui não percebo o porquê do Partido Socialista querer vir dizer que o projecto ou a ideia do projecto era sua. A mim, o que me interessa, é que o concurso existe e já houve duas empresas que foram premiadas. A incubadora não existe, mas vai ser uma realidade E aparece em Plano um outro projecto – o FINICIA – para activar as micro e pequenas empresas. Isso a mim é que me interessa. Do resto, é aqui assim uma questão de retórica, que os senhores da comunicação social podem gostar muito

para fazer notícias, para fazer primeiras páginas ou para colocar nos seus jornais, mas isso, a mim, não me interessa. O que me interessa é que, primeiro, as coisas existam e, depois, divulgar convenientemente as coisas para que as pessoas utilizem os mecanismos que nós pomos à sua disposição para reactivar a sociedade oliveirense. É isso que me interessa e é por isso que eu luto, é por isso que eu estou aqui. Não estou aqui para mais nada.

Meus caros amigos, porque nunca se esqueçam de uma coisa: também para mim há muito mais vida para além da Câmara.”

Em seguida, entrou-se no ponto I da Ordem do Dia – Informação sobre a actividade municipal –, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal feito o seguinte ponto de situação das diversas candidaturas da Câmara Municipal:

Projecto	Ponto de Situação
- Estruturação do novo espaço da Feira	- A candidatura apresentada ao Programa de Qualificação de Áreas de Uso Público não foi aprovada devido ao facto de, por despacho do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, ter sido determinado “não existirem condições para a aprovação de novas candidaturas”.
- Desenvolvimento de Acções Preparatórias de Cooperação entre Cidades organizadas em Rede (Programa Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação - Política de Cidades Polis XXI)	- Apresentada candidatura conjunta com os Municípios de Seia e Gouveia, não tendo sido uma das 5 seleccionadas (num universo de 26 candidaturas)
- Saneamento a Digueifel	- Apresentado Relatório Final da candidatura à Medida I.1 do Programa Operacional da Região Centro

Depois, o Sr. Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento da realização das seguintes reuniões e participação em eventos:

Dia	Reunião/Evento
28.SET	Reunião com antigos alunos do Colégio “Brás Garcia de Mascarenhas”
01.OUT	Reunião do Júri do Concurso “Empreender +”
03.OUT	Apresentação do Projecto de criação da Empresa de Baixas na Região Centro, nas AZC
04.OUT	Reunião com Conservadora do Registo Civil – Projecto Empresa Pronta
11.OUT	Reunião com IPSS’s do concelho - Protocolos
	Workshop Municipal – Plano de Desenvolvimento Estratégico de Oliveira do Hospital
17.OUT	Reunião Estrada de S. Sebastião da Feira - JAFR
18.OUT	Reunião com Núcleo Empresarial NERGA
19.OUT	Workshop Municipal – Plano de Desenvolvimento Estratégico de Oliveira do Hospital
22.OUT	Reunião no Governo Civil – Equipas de Intervenção Permanente
25.OUT	Reunião com Associação dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira

27.OUT	Assembleia-Geral Extraordinária do Matadouro da Beira Serra
29.OUT	Comemorações do Dia Nacional da Terceira Idade – Nogueira do Cravo
05.NOV	Auditoria da Concessão da Certificação de Qualidade – serviços de Obras Particulares e Metrologia
12.NOV	Comemorações do 16º Aniversário da EPTOLIVA
15.NOV	Reunião com Obra de Eugénia Garcia Monteiro de Brito
	Reunião com Eng. Moura Maia (CCDR-C) – GAT de Seia
16.NOV	Assembleia Distrital de Coimbra
19.NOV	Reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - Plano
24.NOV	Inauguração do Lar de Idosos do Centro Social de Aldeia das Dez
29.NOV	Assembleia Intermunicipal do Planalto Beirão
05.DEZ	Reunião com Associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital
	Reunião com representante da CDU - Estatuto de Oposição
	Reunião com Presidentes de Junta do concelho – GOP's e Orçamento 2008
12.DEZ	Reunião de Direcção da ADESA
20.DEZ	Reunião na ANMP – QREN
21.DEZ	Entrega de Cabazes de Natal a famílias Carenciadas com menores a cargo

Seguidamente, o Sr. Prof. João Dinis pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Em relação à questão do PIDDAC, eu sei que tenho razão. Mas isso não interessa e ainda menos interessa ao Município. O que é que interessa ao Município que o “Jano” tenha ou não tenha razão? A mim é reconfortante reconhecer que a tenho. Aquilo que importa é que haja outro PIDDAC, com mais verbas para investimento no concelho e é isso que não há.

Em relação à questão da ESTGOH, quero aqui reafirmar, em nome da CDU, que o melhor local, o local onde se recomenda que se construa a nova ESTGOH é nos terrenos expressamente adquiridos pela Câmara Municipal para o efeito, na freguesia de Oliveira do Hospital. E que fique absolutamente claro da parte da CDU esta posição, porque vamos explicá-la, se acontecer outra coisa, nós vamos explicar politicamente à cidade e ao concelho, se não for assim. Para que não haja dúvidas. Brevemente, iremos ter oportunidade de explicar à cidade e ao concelho se não tiver que ser assim. E a cada um segundo as suas próprias responsabilidades.

Em relação às vias de comunicação, não é indiferente que passe a Norte ou a Sul, que se faça com quatro vias ou só com três, que tenha dez nós ou que tenha apenas dois ou que se faça em dois mil e oito ou não se anuncie o concurso público em véspera das eleições legislativas ou autárquicas de dois mil e nove. Isso é que não é indiferente.”

Seguidamente, entrou-se no Ponto II da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta da Câmara Municipal para a

inclusão do artigo 13º-A no Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública do Município de Oliveira do Hospital.

Foi, então, dada a palavra ao Sr. Prof. João Dinis que fez a seguinte intervenção:

“Sobre este Ponto II, quero fazer um requerimento, mas solicito a vossa melhor atenção e proponho até, desde já, um trégua partidária à apreciação deste assunto, pela sua natureza e por aquilo que de facto isto envolve.

O requerimento vai no sentido de que se aceite retirar da Ordem do Dia desta sessão a votação da inclusão do Artigo 13º-A – Pagamentos em Atraso – do Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública do Município de Oliveira do Hospital.

Apresenta-se um “requerimento” para o qual e através do qual muito se deseja evitar a frieza dos números de uma votação precipitada.

Na supra citada proposta de inclusão do Artigo 13º-A , o dos Pagamentos em Atraso, proposta aprovada por unanimidade em sessão do Executivo Municipal de Oliveira do Hospital e que agora vem a votação por esta Assembleia Municipal, está contida uma situação que nós apenas concebemos ter sido possível por manifesta falta de atenção quanto às respectivas implicações sobre as crianças e sobre as crianças mais carenciadas que por ela venham a ser atingidas.

Afinal e ao que parece, durante aquilo que terá sido o processo de “apreciação pública” a mesma matéria também não foi devidamente apreciada...

Mas diz assim, o nº 1 do Artigo 13º em causa e passamos a transcrever apelando para a vossa melhor atenção:

*“Sempre que no final de cada um dos períodos lectivos o pagamento das participações não tenha sido efectuado, a criança deixará de poder usufruir dos serviços de apoio à família até que a situação seja regularizada”.*

Ora, isto significa que, por exemplo, uma criança cujos responsáveis familiares ou educativos - por qualquer razão - não paguem regularmente as participações até ao final do período, ficará de imediato privada de usufruir, por exemplo, das refeições do meio-dia e ficará privada de outros direitos !!

A ser assim, a consequência material – para as crianças atingidas – de uma decisão tão drástica, tão violenta, é a privação de facto dos direitos concretos dessas crianças. E não, não será “apenas” uma injustiça...

Também como se sabe, as crianças não têm a “lógica” dos adultos – “lógica” essa tantas vezes iníqua – e intuem as situações discriminatórias como processos, subjectivos e profundos, de auto-desvalorização.

E, por favor, também não se argumente com as hipóteses de averiguação e de correcção – atempadas – das situações de falta de pagamento das participações. Acontece que nós não desconhecemos, por um lado, que o assunto não é fácil de ser abordado e ainda menos fácil é de ser corrigido e, por outro, que escasseiam os recursos humanos e materiais para tornar céleres tais processos de averiguação e de correcção das eventuais faltas de pagamento das participações em causa.

Entretanto, as crianças atingidas ficam sem comer refeições e sem outros direitos concretos enquanto ao seu lado vêem outras crianças a usufruí-los...

Evitemos pois, além do mais tendo por base “razões” de base económica e administrativa, evitemos, dizia-se, criar mais situações dessas a crianças que de outras situações discriminatórias afinal já são vítimas e sem culpa nenhuma disso, como é óbvio.

Os vários serviços de acção social devem ser melhor coordenados e agilizados para poderem averiguar o que se passa, caso a caso. Mas entretanto, permita-se que as crianças não sofram por causa do sistema ou por causa de uns e de outros “adultos”.

Assim, apelo para a retirada de votação da matéria em causa, com o objectivo de proporcionar ao Executivo Municipal uma reavaliação mais ponderada do caso e de todos os seus envolventes.”

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. João Abreu que fez a seguinte intervenção:

“Pretendia dizer que me chamaram à atenção deste artigo e eu quero dizer, com toda a sinceridade, que não acredito que, quem elaborou este artigo, tivesse intenção na cabeça de prejudicar as crianças. Não acredito.

Agora, que isso se presta a discriminações, não tenham dúvidas. Eu vou dar só dois exemplos concretos, que me chocaram profundamente e que se calhar o Sr. Presidente da Câmara Municipal e a Sra. Vereadora conhecem.

As crianças da Escola Primária de Meruge tinham uma viagem de estudo marcada e tinham que pagar alguma coisa. Chegou o dia da viagem de estudo, dois miúdos não tinham entregue o dinheiro e a professora decidiu não levar os miúdos. Imaginam todos o trauma que isto significou para aquelas crianças.

Com os mesmos e com outros miúdos, os pais não pagavam as participações do ATL e da alimentação por uma razão simples: não tinham

meios, porque são uma família desestruturada. Mas também por falta de informação, porque não têm descontos para a segurança social, não têm IRS, não apresentavam o pedido para a acção social escolar; logo, não eram beneficiários desse apoio.

Então, o que acontecia era que as crianças andavam na escola, comiam, tinham ATL, mas não pagavam. Esta questão foi levantada numa reunião de pais e os outros pais consideravam porque estavam a ser discriminados pelo facto de eles não pagarem. Mas não estavam, de maneira nenhuma, porque quem estava a suportar a despesa era a Junta de Freguesia. Portanto, se fosse a Câmara Municipal, se eles tivessem direito à acção social escolar também não estavam a discriminar os outros pais. Então, decidiu-se, nas “costas” da Junta de Freguesia, que os miúdos deixavam de comer na cantina. Acho que estiveram um dia ou dois sem comer na cantina. É obvio que se resolveu o problema de imediato, que não podia ser. E então junto da Câmara Municipal disse “é esta a situação concreta e tem que se resolver isto”. A Câmara Municipal resolveu de imediato. É obvio que estas crianças têm pleno direito, só que os pais nunca trataram de nada. Muitas vezes o que é que acontece é que, por falta de informação, não tratam dos problemas. Então, vamos fazer recair o ónus da diligência dos pais sobre as crianças? Nunca, nunca. Porque são seres humanos em idade de formação e estas coisas pesam para toda a vida.

Eu creio que subscrevia a proposta do Prof. João Dinis. Retirar isto, elaborar... Eu sei o que é que aqui está em causa: é das pessoas que têm muito dinheiro e não pagam. Mas, isto aplicado à letra, vai-se virar contra essas pessoas que, infelizmente, já são discriminadas, que têm poucos meios.

Eu sugeria que houvesse aqui uma redacção que não permitisse a aplicação taxativa deste artigo, porque vai criar problemas.”

Em seguida, tomou a palavra o Sr. Carlos Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Falar em crianças e de crianças é difícil. Falar em fome e almoços ainda é pior. Este artigo 13, no fundo, é um pouco dúbio, porque se, na primeira parte, diz que a criança deixará de poder usufruir dos serviços de apoio se não tiver feito o pagamento, no segundo diz que os casos de falta de pagamento das participações familiares motivadas por razões de carência económica implica a intervenção dos serviços sociais.

Agora, o grande problema que se põe aqui é o espaço e o tempo até à intervenção dos serviços sociais. Aí o João Abreu tem razão. Se isto acontece hoje, a professora ou quem está na cantina diz “não pagaste, não comes”, e não

houver nesse mesmo dia uma intervenção dos serviços sociais, claro que, até lá chegar, é um dia, dois dias, três dias. Terá que haver aqui uma intervenção que – penso eu – passará pela própria professora ou por quem dirige as cantinas, que terá que impor que a criança coma até que o problema seja resolvido.

A criança tem direito à alimentação, sempre, até ao dia em que a assistência social ou o relatório social forem entregues por qualquer razão. Até lá, os próprios pais podem ser informados e motivados a pagar e já não ser necessário isso. Portanto, ou eu concordo com o atraso desta situação ou terá que haver um compromisso impossível de alterar em que a criança terá direito sempre à comida até ao dia em que o relatório social seja apreciado pela Câmara Municipal. Terá é que ter sempre direito à comida. Não pode ser. Não pagou hoje, não come amanhã: isso não!”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara prestou os seguintes esclarecimentos:

“O que eu queria dizer, fazendo um bocado de humor, é que hoje por acaso não trouxe lenço. Se tivesse trazido, depois de ter ouvido o João Dinis, tinha o lenço encharcado em lágrimas.

O que eu quero dizer é uma coisa muito simples: não façam das pessoas que estão à frente dos serviços demónios. Não façam das pessoas demónios. Cabe na cabeça de alguém que uma criança vai deixar de comer porque o pai não tem dinheiro para pagar? Pois, se a primeira pessoa a levar esses assuntos ao Executivo e a dizer “*esta família não tem condições para pagar, fica até prova em contrário, a pagar zero*”, é o Presidente da Câmara...

Ponto um: todas as crianças carenciadas são beneficiárias da acção social. Assim, ou não pagam nada para almoçar ou pagam cinquenta por cento, aquelas cujo escalão se integra nesse âmbito.

Nós estamos é a falar de toda a outra gente que sai fora disto. Também é dito às pessoas que, sempre que haja alteração de rendimentos, devem comunicar e será feita uma análise da sua situação económica. Isto é, se uma pessoa que tinha um bom salário ficou desempregada e o rendimento baixou significativamente, é feito o respectivo ajustamento na prestação. Se a pessoa “cair” dentro do escalão em que é abrangida pela acção social, deixa pura e simplesmente de pagar ou paga cinquenta por cento.

Além disso, não estamos a falar nisto ao fim do mês, estamos a falar no final de um período lectivo. Um período tem a duração de três meses, ou seja, não é ao fim de um mês, nada disso!

Há, ao longo deste período, diálogo das pessoas com os pais para saber se há algum problema ou se não há problema em termos económicos, etc. E é em função disto que essa decisão eventualmente virá a ser tomada.

Nós, até ao dia de hoje, se tivemos “meia-dúzia” de casos foi muito. Só que a tal “meia-dúzia” de casos que houve eram de pessoas com bons salários e que, porque não concordaram com o acerto da prestação, pura e simplesmente recusaram-se a pagar. Eu pergunto: é justo? É justo, numa situação dessas, que a gente mantenha isso por tempo indeterminado? Temos que ter aqui um elemento qualquer que permita actuar nessas situações limite. É nas situações limite que nós queremos actuar.

Naturalmente que a Câmara Municipal jamais deixaria uma criança sem almoçar. Então, se mesmo agora neste período de férias de Natal os pais têm os seus filhos no ATL e não pagam mais nada por isso. A Câmara Municipal podia cobrar uma prestação complementar e não cobra. Nos serviços da Câmara – o executivo está aqui e sabe – é o Presidente que propõe que nestes períodos no Natal e no período de férias, os miúdos continuem a beneficiar dos serviços e os pais não pagam mais por isso.

Este articulado que aqui está é única e exclusivamente para aplicar em situações limite, depois de esgotadas todas as possibilidades relativamente à situação.”

Depois, tomou a palavra o Sr. Prof. José Carlos Alexandrino:

“É só para dizer o seguinte: Aceito perfeitamente a explicação do Sr. Presidente da Câmara. Também são precisos alguns mecanismos em relação às próprias escolas, se bem que estas crianças são do Pré-escolar. No entanto, o Prof. João Dinis não deixa de ter razão em tudo o que disse, porque, como professor, sabe das dificuldades. Mas, também acredito e do conhecimento que tenho da prática desta Câmara, também é verdade que dificilmente será cortado o apoio.

Também gostaria dizer duas ou três coisas que se passam nas escolas, para a Assembleia Municipal saber: há muitos alunos subsidiados a cem por cento do Estado e que muitas vezes, tiram a senha de graça – o Estado paga as senhas – e, muitas vezes, vão ao bar da escola. Nós, na Cordinha, já fechamos o bar ao meio-dia para estas situações não acontecerem. Mas agora, o sistema do cartão informático nas escolas permite-nos ter um maior controlo e, muitas vezes, somos nós que chamamos os pais à escola e lhes dizemos que os filhos não andam a almoçar na escola já há dias.

Isto é só para dizer que também há estas contradições da própria sociedade.

Eu acho que este Ministério ainda não deu uma coisa às escolas: as escolas, hoje, são um lugar difícil nas suas relações, é uma sociedade em ponto pequeno muito difícil e onde hoje tem muito pouca autoridade sobre os alunos. Este é o problema do sistema educativo português. E tem a ver até com o próprio sucesso dos alunos”

Em seguida, tomou a palavra o Sr. Prof. João Dinis:

“Eu, quando intervi sobre este assunto, comecei por dizer que só por manifesta falta de atenção de todos os envolventes desta situação é que isto terá sido aprovado, ainda por cima, por unanimidade no Executivo Municipal.

Disse, depois, uma coisa que também só por manifesta falta de atenção é que sobretudo professores pretendem escamotear. É que as crianças não têm a lógica dos adultos e não entendem a lógica dos adultos e ainda bem para elas, que são crianças.

E o que está escrito na proposta é apenas isto e eu também já fui professor e também já andei a ensinar, mal ou bem, a escrever e a interpretar português.

O que está aqui escrito é: “*sempre que no final de cada um dos períodos lectivos o pagamento das participações não tenha sido efectuado a criança deixará de poder usufruir dos serviços de apoio à família até que a situação seja regularizada*”. Não está aqui escrito outra coisa.

Mesmo que isto, em limite, só venha atingir uma criança injustamente, isso não deixará por si isso de se chamar crime. De se chamar crime! E eu não quero ser cúmplice desse crime!

Portanto, aquilo que eu depois propus... E eu estou já a ver a cara de dois ou três a quem isto vai acontecer, eu já estou a ver a cara deles porque os conheço. Por favor, tenham também em conta isso.

Primeiro averigúe-se, tente-se corrigir e só depois e, em caso limite, se actue, porque, mesmo quando uma família muda de repente de situação económica, a maior parte das famílias tem sérias dificuldades em assumir isso socialmente. Porque isso são questões que são mal vistas.

Uma pessoa vai para o desemprego de repente, sei lá para onde é que vai, tem uma doença... Não é imediata essa declaração, de que diminuiu o rendimento ou não. E os serviços demoram meses.

Passava aqui toda a manhã a dar exemplos concretos. Devo dizer-vos que aqui neste concelho de que nós somos representantes, há uma criança... Para

vos dizer como é bruto o sistema, como é iníquo este sistema: há dois anos que uma criança está à espera de uma cama para dormir. A Segurança Social anda há dois anos a gerar expectativas, inclusivamente junto de uma criança de sete anos, e durante dois anos não lhe conseguiu arranjar uma cama para dormir. E falam-me os senhores em Tratado de Lisboa! Falam-me em quê? Eu estou a falar aqui em nome daqueles que de facto, são os mais sacrificados e que são as crianças.

E eu não quero ser cúmplice deste crime e apelo para a vossa compreensão. Se houver, nem que seja uma só criança, isso é crime!”

Em seguida, o Sr. Presidente da Câmara interveio para dizer:

“Sr. Presidente da Junta, se eu fosse Presidente da Junta nessa freguesia, já tinha posto a cama lá para a criança dormir.”

Interveio, em seguida, o Sr. João Abreu:

“Longe de mim – como já disse – pôr em causa a bondade da proposta. Eu sei por experiência própria que, todos os casos que foram colocados à Câmara Municipal, não houve um único que não fosse avaliado pelos respectivos serviços e que não fosse considerado. Não houve um único! Mas, eu repito o que disse há pouco: há pais que nem sequer preenchem o papel para trazer aqui ou entregar na escola.

Se este ponto tivesse a antecedê-lo esta frase “salvo os casos dos beneficiários da acção social escolar, sempre que no final de cada um dos períodos lectivos...”, estava resolvido.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara interveio para prestar o seguinte esclarecimento:

“Todos os casos da acção social não estão integrados nisto. Nenhum deles está aqui integrado. A acção social está excluída deste processo.”

Depois, o Sr. Carlos Rocha fez a seguinte intervenção:

“Ninguém pode esquecer uma questão dessas. As pessoas não leram o número dois do artigo. Têm que ler o número dois.

E há uma coisa que é fundamental em termos técnicos, que é: um período acaba e passados quinze dias começa o outro, pelo que há tempo para tratar das questões.”

Terminadas as intervenções, foi colocada à apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta da Câmara Municipal para a inclusão do artigo 13º-A no Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública do Município de

Oliveira do Hospital, tendo sido aprovada por maioria, com uma abstenção e dois votos contra.

Em seguida, o Sr. Prof. João Dinis fez a seguinte declaração de voto:

“Votei contra porque não quero ser cúmplice, pelo menos, da hipótese de um crime desta natureza.

Quero dizer-vos que nunca nesta Assembleia – já aqui estou há vinte anos –houve uma votação com uma implicação humana como esta.

Será, de todas aquelas situações que eu aqui pus ou que possa voltar a ter, aquela em que nunca me venham a reconhecer razão.

Espero sinceramente nunca ter razão no que aqui disse hoje, nem que seja por causa de uma só criança.”

Seguidamente, entrou-se no Ponto III da Ordem do Dia – Alteração da designação do projecto “02 001 2004/19” do Plano Plurianual de Investimentos 2007/2010 –, tendo o Sr. Presidente explicado que este ponto se destinava a dar conhecimento à Assembleia Municipal que, na sequência do envio do contrato do empréstimo para o Tribunal de Contas, foi detectada uma incorrecção na rubrica “Adaptação da antiga escola primária de Penalva de Alva a Biblioteca” que não continha, na sua descrição, “sede de Junta de Freguesia”, motivo pelo qual foi necessário proceder a uma Alteração àquele instrumento de gestão previsional.

Seguidamente, entrou-se no Ponto IV – Imposto Único de Circulação (IUC) – Alteração ao Orçamento Municipal para 2007 –, tendo o Sr. Presidente informado que, devido ao facto da reforma global da tributação automóvel ter introduzido uma alteração à Lei das Finanças Locais que consagrou aquele imposto como receita a arrecadar pelos municípios, com repercussões ainda no corrente ano, foi necessário recorrer a uma alteração ao Orçamento Municipal para 2007, dotando-o para o efeito da classificação 01.02.99 – Impostos Directos – Outros – Impostos Directos Diversos. Assim e segundo orientação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, torna-se necessário dar conhecimento à Assembleia Municipal da modificação introduzida no referido Orçamento.

Em seguida, entrou-se no Ponto V – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Actividades mais Relevantes para o quadriénio 2008/2011, e do Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2008.

Depois de terem sido feitas as inscrições para as respectivas intervenções, foi dada a palavra ao Sr. Prof. José Carlos Alexandrino:

“Sobre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano queira dizer que são documentos orientadores, valem o que valem. Têm um grande decalque dos anos anteriores e de intenções não concretizadas.

O grande problema deste Plano e Orçamento – já o tenho afirmado várias vezes – é, na minha opinião, uma prática política que esta Câmara não vem fazendo e que eu acho que devia fazer, para dignificar sobretudo os detentores dos cargos de Presidentes de Junta de Freguesia, que estão aqui. Na minha opinião, continua a ser importante e em termos de democracia continua a ser importante, a delegação de competências nos Srs. Presidentes de Junta, vindo de encontro a aspectos que aqui tenho defendido nesta tribuna para que eles possam ter capacidade para, por eles próprios, demonstrarem as suas capacidades e darem resposta aos anseios das suas freguesias. O Sr. Presidente da Câmara, no centralismo que faz, consegue fazer de um mau Presidente da Junta um bom, e de um bom, mau. Não estou aqui a acusar absolutamente ninguém. Eu acho que era fundamental, para dignificar os Srs. Presidentes de Junta, dar-lhes mais competências, mais meios e dar-lhe capacidade de decidir pelas suas próprias freguesias e não no centralismo do Sr. Presidente da Câmara.

Há também alguns aspectos que hoje não nos podemos esquecer aqui: quando as bancadas votaram favoravelmente a contracção do empréstimo de cinco milhões de euros, sabíamos também que, ao fazermos esse empréstimo, iria ter implicações neste Plano e neste Orçamento.

Eu não estive presente nessa assembleia mas acho que há algumas obras desta contracção deste empréstimo que eu refuto de importantes ou que acho que são importantes.

De qualquer maneira quero congratular-me com algumas obras que estão em pleno Orçamento, e que sei que vão ser concretizadas tais como: a estrada regional Oliveira/Felgueira; da estrada do Pólo Industrial do Seixo/Limite do Concelho – que falei e que continua a ser uma vergonha –; a repavimentação da estrada entre o Seixo e a Sobreda que, também me apraz registar, neste momento está a ser executada. A Sobreda está de parabéns, a freguesia do Seixo da Beira está a ficar com estradas boas. Aquela avenida – que acho que, com justiça, se vai chamar Avenida Correia Dias – é uma avenida bonita, airosa, virada para a Serra.

Depois, há outras obras no Plano e Orçamento com as quais fiquei contente: os Polidesportivos de Santa Ovaia e do Seixo da Beira. Acho que estes

polidesportivos devem ter relvados sintéticos, como tem o da Cordinha porque dá qualidade à componente desportiva. Também fico contente com os apoios a conceder às associações e às colectividades.

Um aspecto positivo no programa de OLIVEIRA FINICIA/INVESTE + e também a construção de um relvado sintético.

Agora, poderei falar de algumas obras que eu acho necessárias para alavancar este concelho em termos de desenvolvimento e que não estão cá.

Há duas ou três realizações importantes. Há, na rubrica sobre festas e convívios, uma rubrica que se elevou. Quero dar os parabéns ao João Abreu pela Feira do Porco e do Enchido, a que, por alguma infelicidade, nunca fui. A Feira do Porco e do Enchido, a Festa da Castanha de Aldeia das Dez e a Animação das Praias Fluviais são acontecimentos marcantes e extremamente positivos para o concelho.

A Cordinha já teve uma semana cultural, que chegou a juntar oito mil pessoas, que era discutível, nos seus modelos e nos seus moldes, e se era organizada pela Escola. Mas também penso que, na zona da Cordinha, deve haver uma destas realizações, como a que já tivemos. Era uma realização que a Cordinha também precisa e que precisa de ser financiada pelas verbas da Câmara Municipal. Na minha opinião podia ser realizada entre as três juntas de freguesia e fazer-se um ano no Seixo da Beira, noutro ano em Vila Franca da Beira e noutro em Ervedal da Beira. Acho que era uma proposta interessante, para equilibrar as coisas.

Dentro do Ervedal há uma obra que é rapidamente necessária, apesar de não saber de quem é a respectiva competência: são umas passadeiras junto ao Lar, na Rua D. Manuel I, junto à Delegação de Saúde, junto aos correios, junto à Junta de Freguesia e na Avenida Nova. Na Avenida D. Manuel I são também necessários passeios. Há ali um estacionamento “selvagem” que dificulta a vida aos peões e que urge ordenar.

Queria recordar ao Sr. Presidente da Câmara que, quando foi do Pavilhão Desportivo, houve uma altura em que achava que a Cordinha não precisava de um pavilhão de quarenta metros por vinte. Mais tarde, o Sr. Presidente foi mudando e deu um contributo decisivo para aquele pavilhão lá estar. Por isso, eu também tenho esperança na construção das piscinas. Penso que mais tarde ou mais cedo o Sr. Presidente da Câmara há-de mudar de opinião. Neste momento, na zona do Vale do Alva existe este tipo de equipamento, tal como existe em Oliveira do Hospital. E tem que existir na zona da Cordinha. Se o Sr. Presidente acha que não as deve localizar na escola, escolha outra freguesia, mas localize-

as junto à zona da Cordinha. O importante é que as piscinas sejam feitas. Há quem diga que não é uma grande prioridade da Cordinha. A grande prioridade da Cordinha era, realmente, este Lar de Idosos. Não é uma primeira necessidade, mas, de qualquer maneira, em tempos futuros, é uma obra importante para os nossos jovens. E, quando me dizem que as piscinas não são uma grande prioridade, eu perguntaria: “o que é mais prioritário? as piscinas ou uma rotunda?””

Em seguida, tomou a palavra o Sr. Eng.º Carlos Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara, relativamente à questão das Grandes Opções do Plano, penso que o que nos aqui apresenta, tirando o investimento e a autorização do empréstimo que foi aprovado por esta Assembleia, não vimos nada de novo relativamente àquilo a que já estamos habituados a ver há muito tempo.

Os cinco milhões de euros, obviamente, estão destinados a um conjunto de obras que nós aprovamos nesta assembleia. No meu entender, estas obras são todas importantes. Simplesmente, no meu entender, não chegam. Estas obras não chegam porque, se elas são importantes em determinados aspectos, noutros não contribuem para o crescimento e para o desenvolvimento económico deste concelho e das pessoas deste concelho.

Devo dizer-vos que não acredito que uma estruturação do espaço da feira, a beneficiação entre Lagares da Beira..., o Largo Ribeiro do Amaral, a estrada Oliveira/Nelas, a Biblioteca... Enfim, todas estas obras poderão, eventualmente, ter alguma acção em termos de desenvolvimento e de bem-estar para as pessoas... No entanto, às pessoas lá fora, não interessará muito este bem-estar que estas obras vão efectivamente proporcionar se, porventura, não tiverem aqui um local onde ganhem a sua vida, onde ganhem dinheiro, onde ganhem um salário e onde tenham o seu emprego. Poderá, eventualmente, uma ou outra obra criar alguns – poucos – postos de trabalho directo mas, para a maioria, estas obras não irão contribuir muito para isso.

O que contribuirá para isso é, efectivamente, uma coisa que há muito tempo dizemos e que o Sr. Presidente, mais uma vez, neste Plano e Orçamento deixou bem explícito que continua a não querer apostar no desenvolvimento económico do concelho: ir buscar riqueza que anda por aí espalhada por tudo por quanto é sítio e captá-la para, efectivamente, trazer para dentro deste concelho, para que as pessoas vejam facilitado o acesso a uma subsistência, a um emprego e a um trabalho. Este Plano, nesse aspecto, diz zero.

Continuamos a assistir, pelos concelhos à nossa volta e não só, os Srs. Presidentes de Câmara a trazerem e captarem empresas para os seus concelhos para que os seus conterrâneos tenham hipótese de ter um trabalho. E o Sr. Presidente continua a remar contra a maré, como tem remado ao longo dos anos, e este concelho continua impávido e sereno a assistir a isto. Acha muito bonito uma rotunda ou várias rotundas, vai achar muito bonito o Largo Ribeiro do Amaral, vai achar muito bonito o pavimento da estrada para as Caldas da Felgueira e outras obras que estão aqui. Mas não vai, de certeza, achar piada nenhuma quando disser assim: “*mas isto serve-me para quê?*” *Se eu não tenho carro para fazer uma deslocação ou um passeio, porque não tenho posses, porque não tenho trabalho, porque não tenho subsistência?*

Para o Sr. Presidente, o desenvolvimento económico continua a dizer nada e continua a ser palavra vã. O facto das pessoas continuarem a radicar-se neste concelho, continuarem a ter filhos neste concelho, os filhos continuarem a estar cá neste concelho, ao Sr. não lhe diz nada.

Só lhe diz *show-off* e este Plano não diz outra coisa senão *show-off* eleitoral. Porque nós vemos que os cinco milhões, para os quais o Sr. nos pediu autorização, não vão servir para mais nada do que para isso. Vão servir para o Sr. chegar ao período eleitoral e dizer que se fartou de fazer coisas para o desenvolvimento do concelho.

Há aqui também uma questão que de certeza que o Sr. não acredita. O Sr. não acredita e quer fazer-nos crer que nós vamos estar para o ano e daqui a dois anos no mundo das maravilhas. Nem o Sr. sabe bem como... Nem tem ideia como. Vou-lhe explicar porquê: porque o Sr. não sabe onde é que vai buscar dinheiro, quanto é que vai buscar, por que via e onde, porque de certeza que não tem, neste momento, uma ideia formada acerca disso quando nos põe um documento destes à frente.

É de estranhar, por exemplo, aquilo que aqui aparece, tanto no capítulo da despesa como no capítulo da receita. Os capítulos dos “Outros”, no que diz respeito à receita, representam somente perto de três milhões e seiscentos mil euros e o Sr. é capaz de não ter grande ideia onde é que vai buscar este dinheiro. Só este capítulo representa cerca de quinze por cem da totalidade do orçamento para a receita.

No capítulo dos ditos “Outros” na despesa, ainda vai mais longe pois representa quatro milhões trezentos e quinze mil euros, ou seja, cerca de dezoito por cento do total orçamentado e planeado para a despesa.

Por isto é que eu digo que o Sr., seguramente, ao inscrever aqui verbas deste teor, não tem quase ideia nenhuma onde é que, por um lado, vai gastar o dinheiro e, por outro, onde o vai buscar. Porque outras verbas aqui inscritas vêm perfeitamente definidas e nós sabemos, estão identificadas com números...De onde é que o dinheiro vai vir? O Sr. só conta, no que está aqui definido, com o dinheiro que tem mais ou menos a certeza, aproximadamente, das verbas que vão vir para o ano e daqui a dois anos.

Muito sinceramente, no meu entender isto é um documento enganador. O Sr. de certeza que não acredita a cem por cento nele. Não é possível acreditar nele a cem por cento!

É ridículo que o Sr. continua exactamente a querer que os Srs. Presidentes de Junta deste município continuem a andar à volta desta Câmara e à volta de si de “chapéu na mão” a mendigar e a pedir restos. Porque, aquilo que o Sr. aqui traz inscrito como dotação para as Juntas de Freguesia é uma vergonha! Porque, se formos dividir isto pelo conjunto das Juntas de Freguesia do concelho, dá uma ridicularia a cada uma, se fosse dado de uma forma igual a todas as juntas... Mas não é!

O Sr. não é capaz, de uma vez por todas – e eu acho que devia fazê-lo – de assumir, preto no branco, protocolos e inscrever verbas para que os Srs. Presidentes de Junta, nos locais próprios das suas freguesias, por iniciativa própria, desenvolvessem a acção que têm que desenvolver junto das populações e com as obras que deveriam e devem fazer. Mas o Sr. não quer isso! O Sr. quer que os Srs. Presidentes de Junta continuem a vir à Câmara Municipal mendigar. Eu sou contra esse estado de coisas.”

Em seguida tomou a palavra o Sr. Prof. João Dinis que fez a seguinte intervenção:

“Começo por dizer que a transferência, do Orçamento de Estado para o nosso município, em termos da lei das autarquias foi inferior – apesar de ter havido um aumento – ao aumento dos impostos recolhidos. E que tinha sido um compromisso assumido pelo Governo. E estou a citar a própria Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Por outro lado, digo sinceramente, que nunca estive tão perto de votar a favor de um Plano e de um Orçamento como destes, mais como oliveirense do que como Presidente de Junta de Freguesia.

E porquê? É que nós não podemos vir exigir à Câmara Municipal, não podemos fazer chicana política, e exigir que a Câmara Municipal faça aquilo que o Governo não faz, pelo contrário, o Governo desfaz: o tecido empresarial, o

aumento do desemprego. São as políticas do Tratado de Lisboa, são os défices... Onze anos a apanhar pancada com o controlo orçamental, com a banca a ter milhares de milhões de euros de lucro e a pagar, comparativamente, a menor taxa de imposto de toda a União Europeia. Isto não está no Tratado de Lisboa. Aliás, desta vez, a Câmara até faz! Até tem uma proposta para auxiliar as micro-empresas. Deram conta disso?

Nós não podemos cair nesse tipo de situações. Nós não criticamos a Câmara por ela não ter inscrito em Plano e Orçamento o IC e por não ter inscrito as novas instalações da ESTGOH, ainda que fosse na ACIBEIRA.

Mas, por exemplo, a questão do Lar de Idosos: para que é que me vale, a mim ou a não sei quantos idosos, que tenham um Lar de Idosos na Cordinha e que haja, agora, doze acordos da Segurança Social, num universo possível de quarenta e oito? Já se está a ver o que vai acontecer: a Administração não vai ter outra alternativa nestas condições que não seja pôr a pagar cem contos cada um. De que é que me serve o Tratado de Lisboa nesta situação? A Segurança Social só atribui doze acordos. Isto é uma vergonha. Isto é daquelas coisas que não têm classificação, isto é crime em matéria de opção política.

A Câmara Municipal tem – e bem –, no seu Orçamento e Plano, a melhoria da rede viária interna do nosso concelho. Os vinte e tal por cento que lá estão, nós até achamos que é pouco. Há algumas estradas que até também já mereciam ser arranjadas. Mas, quando estas obras – não as deixemos para inaugurar em Agosto ou Setembro de dois mil e nove – estiverem realizadas, a população beneficia. O problema é já não estarem feitas. Se a população beneficia, o que é que os Srs. querem?

Todavia, há excessos previstos naquilo que nós aqui temos designado pelos excessos ornamentais na área urbana. Excessos de gastos como, por exemplo, no nosso ponto de vista, o silo subterrâneo para estacionamento no Largo Ribeiro do Amaral. Mas, já que está a andar e também para não inviabilizar o projecto, então que também se criem outros estacionamentos próximos do centro da cidade e se reordene o trânsito em algumas ruas da cidade.

Há, todavia, a questão da água e do saneamento, e esta é uma questão complicadíssima. Nós não podemos pretender que as pessoas paguem tudo pelos custos. O problema nem são os salários dos administradores, o problema é as pessoas não poderem pagar os custos que por aí vêm, que hão-de ser centenas porque cada vez mais estamos a pagar por tudo e cada vez a receber menos por tudo. Em matéria disto, eu não fui enganado quando, em dois mil e quatro, se

votou a adesão à concessão das Águas do Zêzere e Côa. Votei contra e sabia que íamos cair nesta situação. É ver agora, este papel que aí chegou, do que é que a empresa já está a querer aplicar à Covilhã. Agora aumentam setenta por cento e saímos? Tínhamos razões para sair. E, se tentarmos sair o que é que acontece a seguir? Expliquem-me! É que isso não estava no contrato de adesão, estava aquilo que o Sr. Presidente disse. A factura ainda vai ser mais cara. E Vila Franca da Beira, ainda sem lá ter a água, já está a pagar a factura porque a água, não só não chega, como também impede a outra de sair das condutas.

Quanto à questão das freguesias, acho que a Câmara tem vindo a evoluir. Não estou de acordo com a intervenção que o Sr. Presidente fez, aqui, quando no dia cinco de Dezembro reuniu com as Juntas de Freguesia. Isto não é nada animador e permita que estejamos, à partida, predispostos a aceitar esse tipo de facto consumado, ou pré-consumado. Creio que há possibilidades orçamentais em termos de Plano e do Orçamento, mesmo considerando as más notícias que estão a chegar com o chumbo, pelo Governo, do projecto que o Sr. Presidente referiu e mesmo da Feira. Mesmo considerando essas más notícias, há possibilidades para, de uma forma objectiva, estabelecer delegações de competências nas Juntas de Freguesia.

A minha freguesia precisa de o fazer, até para poder captar financiamento fora do orçamento municipal, quer seja no QREN, quer seja noutros projectos como o próprio Plano de Desenvolvimento Rural. Mas, para isso é preciso o apoio municipal, até no ponto de vista institucional, para além de meios e instrumentos.

Aqui, de facto, as coisas continuam não muito claras e, a meu ver, com um défice ainda de confiança nesse nível de transposição objectiva de delegações de competência e dos respectivos meios para as freguesias.

Enquanto Presidente de Junta, independentemente da obra A ou B que esteja para a freguesia, sobretudo o arranjo da estrada, desde que correctamente arranjada dentro da freguesia, será porventura uma das obras desta legislatura municipal. Nós sabemos os problemas imensos que a Estrada Felgueira tem causado e as tragédias que têm ocorrido. Tudo aquilo que for feito: sinalização, pavimento, passeios, é bem-vindo. Vamos deixar a discussão se o Governo... Não é a questão de teimar. É que isto custa um milhão de euros. O Sr. Secretário de Estado só não faz porque não tem vontade política. O Sr. Secretário reclassificava o troço da estrada e arranjaria a forma de cumprir aquilo que ele próprio disse.

Porque o Plano Rodoviário deste Governo são troços da auto-estrada para concessionar a meia dúzia de grandes grupos financeiros e para nós pagarmos as mais altas portagens de auto-estradas de toda a Europa.

E de que me serve, para isto, o Tratado de Lisboa?”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara interveio para dar algumas informações e esclarecimentos:

“Vou procurar responder às questões formuladas.

Primeira questão: o Plano ser um decalque do Plano anterior: até já vi aí que era papel químico. Acho que a expressão decalque estará mais adequada. Mas não é de espantar porque o Plano e as Grandes Opções foram apresentadas em dois mil e seis até dois mil e nove, ou seja, é um Plano para quatro anos. Isto para explicar o porquê do dito decalque do Plano. Tem que ser, efectivamente, um decalque pois foi apresentado para quatro anos. Há objectivos que não foram atingidos e mantêm-se em Plano. Portanto, não há aqui qualquer contradição relativamente a essa matéria.

Sobre a questão das receitas e das despesas, eu queria dizer o seguinte: se aqueles que têm a responsabilidade de definir as coisas já as tivessem definido antes do Plano estar elaborado, eu, hoje, estaria em condições de lhe poder dizer na introdução quanto pensamos obter de financiamento do QREN. Sabem quando é que as candidaturas abriram? Começaram a abrir no passado dia dezassete e só com medidas às quais nós não nos podemos candidatar, como na área da saúde. Assim, foi impossível, aquando da elaboração do Plano e do Orçamento, fazer uma previsão mais ou menos correcta de quais os financiamentos que poderemos obter do QREN.

Também queria referir que nós ainda temos a “felicidade” de ser uma Câmara sem dívida a curto prazo. Se fossemos como outras, teríamos o Orçamento muito mais inflacionado, pois, para além do que se pretende executar, teríamos que prever receitas para pagar as dívidas.

Mas eu assumo que há alguma inflação nas receitas previstas no Orçamento. Mas, os números referidos pelo Sr. Eng<sup>o</sup> Carlos Maia, são perfeitamente cobertos só com o simples facto dos cinco milhões de euros do empréstimo.

Por falar em empréstimo, gostaria de dizer que me parece que, para o Sr. Eng<sup>o</sup> Carlos Maia, desenvolvimento económico é ter aqui mais umas empresas. Não é este o meu conceito de desenvolvimento económico. O meu conceito de desenvolvimento económico é muito mais alargado. E, se eu faço uma obra de requalificação na cidade, vou criar melhores condições para os comerciantes e

estas poderão vir a criar novos postos de trabalho. Pode vir a melhorar as condições em termos de comércio, de restauração, de visitas a Oliveira do Hospital. E, no que respeita às vias, também acontece o mesmo.

E também que queria perguntar ao Sr. Eng<sup>o</sup> Maia porque é que aprovou o empréstimo se não concordava com as obras consignadas no mesmo? O empréstimo referia claramente quais eram as opções que o executivo ia tomar naquela matéria. E o Sr. votou a favor do empréstimo, quando se podia ter absterido justificando-se, por exemplo, por ser contra a prioridades definidas pelo Executivo relativamente às obras que iriam ser alvo da utilização do empréstimo.

É fundamental que sejamos claros na linguagem para que todos percebam as questões. Ainda quanto respeita ao desenvolvimento económico, prevemos a abertura do OLIVEIRA FINICIA, em relação ao qual já pedimos propostas às entidades bancárias locais. Com este projecto promover-se-á a modernização de micro e pequenas empresas já existentes e a criação de novas empresas. Irá haver incentivos, por parte da Câmara, em função do número de postos de trabalho criados. Se houver a criação de uma empresa com três postos de trabalho, a comparticipação da Câmara – vinte por cento – será a fundo perdido. Se fôr uma empresa existente e, num projecto de modernização, criar mais quatro postos de trabalho, também receberá a comparticipação da Câmara a fundo perdido. Julgo que é um bom incentivo para as empresas.

Sobre a questão das obras: eu disse aos Srs. Presidentes da Junta de Freguesia que, infelizmente, não é possível “ter sol na eira e chuva no nabal”. Se a Câmara vai fazer grandes investimentos e se quer manter o critério de pagar atempadamente, não pode estar a atender a todas aquelas pequenas coisas das freguesias. Eu disse isto aos Srs. Presidentes das Juntas que, se a Câmara conseguir obter co-financiamento para diversas obras, naturalmente que vai ter disponibilidade financeira para poder continuar a apoiar as freguesias na realização de pequenas obras. Isto é falar sério, é falar claro!

Independentemente disso: no Plano só estão inscritas as verbas para transferências directas mas eu podia dizer-vos que, por exemplo, no presente ano, já foram transferidos, para as freguesias, quinhentos e noventa e oito mil novecentos e catorze euros e trinta e quatro cêntimos. Com os últimos subsídios atribuídos, soma seiscentos e quarenta e três mil novecentos e catorze euros trinta e quatro cêntimos. Aquilo que as freguesias, na sua totalidade, receberam do Orçamento do Estado foram seiscentos e quatro mil novecentos e onze euros, ou seja, a Câmara Municipal deu mais às freguesias do que o que o Governo

deu. Assim, se há que mudar de políticas na questão das freguesias a nível municipal, também o governo tem que mudar essa política, transferindo mais verbas para as freguesias.

E há outra questão: a dos protocolos. Sabem o que acontece na prática? Os serviços técnicos da Câmara é que têm que preparar todo o concurso para as obras, analisar as propostas e fiscalizar a sua execução. Ou seja, na prática, a Câmara tem que fazer tudo! Isto é o que acontece. Nós temos um conjunto de obras feitas pelas freguesias que só acontecem porque a Câmara dá todo o apoio técnico. Dir-me-ão que é pouco. Eu também gostava de fazer mais e com as freguesias. Eu estou aqui é para fazer. Tenho o mesmo objectivo das pessoas que estão desse lado: fazer obra, resolver os problemas das populações, criar melhores condições de vida para as pessoas que vivem e que querem continuar a viver em Oliveira do Hospital. É esse o meu objectivo! É igual ao de todos que aqui estão. Poderá é haver diferenças ou algumas divergências nas opções. Mas isso também é natural.

Tenho que aceitar que o José Carlos Alexandrino diga que é importante uma piscina na Cordinha. Mas ele também tem que aceitar que eu diga que para mim, enquanto Presidente da Câmara, nesta altura não é uma prioridade uma piscina na Cordinha. E isto é que é o verdadeiro jogo democrático, sem qualquer subterfúgio. E isto é o que eu vou continuar a fazer; não vou ser diferente daquilo que sempre fui até aqui, apesar de alguns pretenderem dizer que estou diferente. Não estou. Sou a mesma pessoa, partilho os mesmos princípios, defendo as mesmas ideias.

Sobre a questão das passadeiras: penso que são pequenas coisas que os Srs. Presidentes das Juntas podem realizar, sem querer dizer mal dos Presidentes das Juntas. A Câmara não tem condições para atender a todas essas pequenas coisas que se passam nas freguesias. Tem que haver um pouco mais de iniciativa por parte das freguesias pois é impossível conseguirmos atender a todas as questões.

Julgo que, de uma forma genérica, toquei naquilo que acho que é importante. É evidente que há muito mais Plano para além deste Plano. E as gentes de Oliveira e a cidade de Oliveira do Hospital também precisam de mais. Dentro de poucos anos, a cidade de Oliveira vai precisar de complexo desportivo em condições, se quiser ter qualidade. O que temos hoje foi feito num determinado período, respondeu a um determinado tipo de necessidades e, hoje, começa a ficar ultrapassado.

Estas questões de planeamento têm que ser ponderadas. E também não quero dizer, com isto, que a piscina na zona norte não venha a ser importante. Mas, neste contexto, eu acho que ainda não é uma prioridade.”

Seguidamente, a Mesa colocou à votação as propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Actividades mais Relevantes para o quadriénio 2008/2011, e do Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2008, tendo sido aprovadas por maioria, com nove abstenções.

Depois, o Sr. Eng<sup>o</sup> Carlos Maia pediu a palavra para fazer a seguinte declaração de voto:

“O Sr. Presidente da Câmara disse, há pouco, que eu terei afirmado – e isso não é verdade – que somente essas obras que estão aí é que seriam desenvolvimento. Não, eu disse que isso não bastava, que precisávamos de mais, para além disso. E referia-me exactamente à questão dos espaços industriais: se souber criar condições, fora das portas deste concelho, para trazer, não micro-empresas, mas pequenas e médias empresas, seria óptimo. Simplesmente, o Sr., depois, não tem onde as pôr e é isso que eu critico. Porque não vejo uma intenção de investimento declarada no Plano para esse efeito. Essa é uma componente que eu critico.

Quanto ao meu sentido de voto, abstive-me porque há obras importantes aí, como já referi. Não poderia, em consciência, votar contra essas obras, apesar de, como digo, o Plano não contemplar essa componente a que eu me referi. Aí é que eu critico, efectivamente, o Plano.”

Seguidamente, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves fez a seguinte declaração:

“Numa perspectiva estritamente pedagógica e com a mais alta consideração por todos, eu não posso deixar de me insurgir contra alguma prepotência com que tem sido ultimamente conduzida esta Assembleia, nomeadamente na área da falta de controlo das emoções. Todos nós temos muita experiência disto; alguns parece que têm menos. Hoje, houve aqui uma tentativa ilegal de cortar o direito de livre expressão a alguns elementos desta autarquia, utilizando o facto de dirigir a Assembleia Municipal, da parte da Mesa, como se se tivesse uma qualidade superior provinda, eventualmente, de algum ente superior. O que seria correcto era a Mesa estabelecer um período de tempo para a inscrição. Não é, através do enfado, dizer: “*não se inscreve mais ninguém e estão encerradas as inscrições*”. Isso não foi feito.

Penso que isto é um sintoma de imaturidade política, cívica e ética. Manifesto, assim, a minha indignação pessoal. Faço questão que isto fique em acta.

E direi mesmo que, só um exacerbado sentido da obrigação do cumprimento do dever, me impede de fazer aqui aquilo que fez, há bocadinho, o Sr. António Lopes. Mas, não sei se, ainda assim, não o farei. Embora também saiba que não faço cá falta nenhuma.

Mas isto é inaceitável.”

Por último, interveio o Sr. Carlos Inácio, que fez a seguinte intervenção:

“Comungo das palavras do meu antecessor e colega de bancada. Não falei até agora porque achei que cortaram a palavra de uma maneira que não foi a mais correcta.

Queria também deixar uma nota à Mesa: há algum nervosismo aqui e eu acho que é desnecessário. Não vejo porquê. A Mesa devia manter mais calma e estar mais estável. E não está.

Percebemos que, em algumas bancadas e em alguns deputados, esse nervosismo existe e é constante. Trazem-se para aqui, normalmente, problemas que não têm nada a ver com o nosso concelho; revertem-se para aqui situações de um mundo que já não existe; continuamos a pensar que o Estado há-de dar tudo a todos. O Estado já não é isso. A sociedade civil deve mobilizar-se e ajudar e não pode ser só o Estado a fazer tudo. Temos que ser activos e dinâmicos.

Queria ainda referir que, na minha opinião, o Sr. Presidente da Câmara, na introdução que fez às Grandes Opções do Plano, fez uma referência muito tímida ao Secretário de Estado das Obras Públicas, que é daqui do nosso concelho. Devemos todos orgulharmo-nos do que ele está a fazer e do que ainda pode vir a fazer mais, e sermos menos tímidos.

E realço também as palavras diferentes que o Sr. Presidente da Câmara tem para connosco hoje, para com o Sr. Secretário de Estado e como tem mudado. O Sr. Presidente da Câmara disse que não mudou, o que não é verdade. Todos nós sentimos que tem mudado e digo-lhe que tem mudado e bem. Penso que nós todos – falo mais da nossa bancada – temos ajudado para essa mudança. E isso é bom para nós todos.

Não queria deixar de dar uma palavra à comunicação social – jornais e rádio – que nos tem acompanhado nesta tarefa e nesta batalha.”

Por fim, colocada à votação a proposta de aprovação da presente acta em minuta, para que produza efeitos imediatos, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar e sendo treze horas e quarenta e cinco minutos, o Sr. Carlos Rocha declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim \_\_\_\_\_ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

\_\_\_\_\_

(Primeiro Secretário)

\_\_\_\_\_

(Segundo Secretário)

\_\_\_\_\_